

***DEMONSTRAÇÕES***  
***CONTÁBEIS***  
*EXERCÍCIO 2024*



## SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA .....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL .....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC .....	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA .....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	8
3. GESTÃO DE RISCO .....	13
4. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS .....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	18
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	18
7. CONTAS A RECEBER .....	20
8. ESTOQUES .....	24
9. FORNECEDORES .....	24
10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	25
11. TRIBUTOS .....	37
12. PROCESSOS JUDICIAIS .....	41
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	44
14. RECEITAS A APROPRIAR .....	44
15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS .....	45
16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS .....	45
17. INVESTIMENTOS .....	46
18. IMOBILIZADO .....	47
19. INTANGÍVEL .....	51
20. TRIMÔNIO LÍQUIDO .....	51
21. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS .....	52
22. PARTES RELACIONADAS .....	56



## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03									
ATIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	PASSIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO			REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.647.765</b>	<b>3.677.804</b>	<b>3.486.071</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.469.914</b>	<b>5.753.498</b>	<b>4.680.289</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	114.881	375.913	91.202	Fornecedores	9	1.258.346	1.751.834	1.382.375
Aplicações	6	50.344	804.123	963.829	Benefícios a empregados	10	2.787.703	2.584.537	2.175.404
Contas a receber	7	2.250.899	1.945.669	2.047.976	Impostos e contribuições	11.4	332.158	407.437	238.502
Estoques	8	64.533	74.473	93.888	Arrecadações e recebimentos	15	117.616	84.222	57.569
Outros valores e bens	16.1	167.108	477.626	289.176	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	14	388.003	247.801	136.899
					Contas internacionais	7.3.1	26.006	17.138	13.621
					Processos Judiciais	12	527.442	235.429	180.844
					Empréstimos	13	550.000	-	82.734
					Arrendamento	18.3	438.799	388.243	335.811
					Instrumentos financeiros - derivativos	7.3.2	7.175	60	23
					Outros créditos	16.2	36.666	36.797	76.507
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.754.767</b>	<b>14.794.281</b>	<b>14.566.939</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.287.647</b>	<b>13.078.736</b>	<b>13.159.436</b>
Realizável a longo prazo		3.748.359	5.285.839	5.726.496	Contas internacionais	7.3	43.732	36.408	41.495
Contas a receber	7	104.472	175.425	256.814	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	14	87.296	43.580	-
Aplicações	6	83.930	2.031.197	2.758.897	Benefícios a empregados	10	9.268.734	7.895.100	8.186.483
Tributos diferidos	11.3.2	1.614.163	1.273.988	1.182.781	Tributos diferidos	11.3.2	466.424	453.478	446.767
Depósitos (Jud./Rec./Adm.)	12.2	100.979	114.488	117.411	Processos Judiciais	12	2.839.936	3.172.856	3.185.594
Tributos a compensar	11.2	1.808.316	1.687.106	1.402.980	Arrendamento	18.3	1.577.752	1.473.766	1.298.713
Outros valores e bens	16.1	36.499	3.635	7.613	Outros créditos	16.2	3.773	3.548	384
Investimentos	17	1.439.958	1.528.287	1.497.118	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(4.355.029)</b>	<b>(360.149)</b>	<b>213.285</b>
Imobilizado	18	8.520.751	7.924.194	7.310.592	Capital	20.1	3.403.458	3.403.458	3.403.458
Intangível	19	45.699	55.961	32.733	Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.454.393	3.463.927	3.449.326
					Outros Resultados Abrangentes - ORA		(7.398.609)	(5.981.163)	(6.016.774)
					Prejuízos acumulados		(3.814.271)	(1.246.371)	(622.725)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.402.532</b>	<b>18.472.085</b>	<b>18.053.010</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.402.532</b>	<b>18.472.085</b>	<b>18.053.010</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03			
	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	21.1	<b>18.908.247</b>	<b>19.243.353</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21.2	(15.916.486)	(15.200.258)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.991.761</b>	<b>4.043.095</b>
Despesas com vendas/serviços	21.3	(1.877.170)	(1.799.511)
Despesas gerais e administrativas	21.4	(4.733.867)	(4.078.064)
Outras receitas operacionais	21.5	1.510.189	1.160.255
Outras despesas operacionais	21.6	(289.064)	(93.357)
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>		<b>(2.398.151)</b>	<b>(767.582)</b>
Receitas financeiras	21.7	465.923	659.701
Despesas financeiras	21.8	(845.865)	(615.752)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(379.942)</b>	<b>43.949</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(2.778.093)</b>	<b>(723.633)</b>
Tributos sobre o lucro	11.3	186.845	90.124
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(2.591.248)</b>	<b>(633.509)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03		
	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(2.591.248)</b>	<b>(633.509)</b>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(1.417.467)	36.496
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(1.555.799)	39.822
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	262	3.646
Realização do ganho pela venda de imóvel	(1.373)	(2.701)
CSLL diferida	139.443	(4.271)
Itens que serão reclassificados para o resultado	21	(885)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	23	(973)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	(2)	88
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>(4.008.694)</b>	<b>(597.898)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/001-03		CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS	ORA	AAP	TOTAL
<b>Saldo REAPRESENTADO em 01/01/2023</b>	NOTA	<b>3.403.458</b>	<b>(622.725)</b>	<b>(6.016.774)</b>	<b>3.449.326</b>	<b>213.285</b>
Resultado líquido do exercício		-	(633.509)	-	-	(633.509)
Benefício pós-emprego		-	-	39.822	-	39.822
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA		-	-	(972)	-	(972)
Realização do custo atribuído		-	2.022	-	(2.022)	-
<i>Impairment</i>		-	-	-	23.208	23.208
Ganhos a valor justo – propriedades para investimento		-	-	3.646	-	3.646
Realização - alienação de imóvel		-	7.841	(2.702)	(5.139)	-
CSLL diferida		-	-	(4.183)	(1.446)	(5.629)
<b>Saldo REAPRESENTADO em 31/12/2023</b>		<b>3.403.458</b>	<b>(1.246.371)</b>	<b>(5.981.163)</b>	<b>3.463.927</b>	<b>(360.149)</b>
Resultado líquido do exercício		-	(2.591.248)	-	-	(2.591.248)
Benefício pós-emprego		-	-	(1.555.799)	-	(1.555.799)
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA		-	-	23	-	23
Realização do custo atribuído		-	18.875	-	(18.875)	-
Adoção Inicial / <i>Impairment</i>	17.1 e 18.1	-	-	1.292	10.467	11.759
Realização - alienação de imóvel		-	3.443	(1.373)	(2.070)	-
Ganhos/Perdas propriedades para investimento - VJORA		-	1.030	(1.030)	-	-
CSLL diferida		-	-	139.441	944	140.385
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>3.403.458</b>	<b>(3.814.271)</b>	<b>(7.398.609)</b>	<b>3.454.393</b>	<b>(4.355.029)</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

(Método Indireto)

CNPJ 34.028.316/0001-03			31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO
	NOTA			
Atividades operacionais				
<b>Resultado do período</b>			<b>(2.591.248)</b>	<b>(633.509)</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>			<b>537.393</b>	<b>212.760</b>
Depreciação e amortização	18.2, 18.3 e 19		638.895	586.641
Provisões			(450.782)	99.859
Despesas de variação patrimonial e perdas			451.524	251.058
Receita de variação patrimonial			(162.345)	(425.784)
Atualização de créditos tributários – imunidade tributária e Banco Postal			(3.743)	(207.838)
Resultado da alienação de bens			(18.039)	(19.856)
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	17.1		75.045	(71.521)
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	7.3.2		6.838	201
<b>Mutações patrimoniais</b>			<b>(298.097)</b>	<b>1.103.669</b>
Contas a receber	7		(234.278)	183.696
Estoques	8		9.940	19.415
Outros valores e bens			472.863	237.334
Arrendamento			193.543	168.864
Realizável a longo prazo			(476.996)	(160.596)
Fornecedores	9		(493.487)	369.459
Salários e Encargos Sociais			169.720	24.693
Impostos e contribuições			(75.279)	168.935
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI			(283.069)	(283.382)
Convênio Postal Saúde			52.479	198.376
Outras			366.467	176.875
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>			<b>(2.351.952)</b>	<b>682.920</b>
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras			2.701.324	887.242
Adições - ativo imobilizado			(816.289)	(800.909)
Adições - ativo intangível			(16.351)	(45.701)
Adições - propriedades para investimento			75.045	(71.521)
Baixas - ativo imobilizado			42.905	108.586
Baixas - propriedades para investimento			10.382	6.202
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>			<b>1.997.016</b>	<b>83.899</b>
Atividades de financiamento				
Capitação de Empréstimo			550.000	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	13		-	(83.333)
Empréstimos e financiamentos - Juros			-	(855)
Bens direito de uso - Principal			(285.906)	(251.890)
Bens direito de uso - Juros			(170.190)	(146.031)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>			<b>93.904</b>	<b>(482.109)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			<b>(261.032)</b>	<b>284.710</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período			375.913	91.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			114.881	375.913

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03			
	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO
Geração do valor adicionado			
1. Receitas		20.955.008	20.968.812
Receitas operacionais		19.496.665	19.845.944
Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa		(51.846)	(37.387)
Outras receitas operacionais	21.5	1.510.189	1.160.255
2. Insumos adquiridos de terceiros		(6.842.716)	(7.001.139)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(6.703.326)	(6.772.498)
Serviços adquiridos de terceiros		(54.636)	(20.907)
Provisões diversas		(84.754)	(207.734)
3. Valor adicionado bruto (1+2)		14.112.292	13.967.673
4. Retenções		(638.895)	(586.641)
Depreciação/amortização		(638.895)	(586.641)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)		13.473.397	13.381.032
6. Valor adicionado recebido em transferência		465.923	659.701
Receitas financeiras	21.7	465.923	659.701
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		<b>13.939.320</b>	<b>14.040.733</b>
Distribuição do valor adicionado			
7. Remuneração do trabalho		11.505.455	10.666.720
Salários, honorários e benefícios		10.772.778	9.986.755
Encargos sociais		732.677	679.965
8. Remuneração do governo		2.448.499	2.423.569
INSS		1.829.524	1.778.486
Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		618.975	645.083
9. Remuneração do capital de terceiros		2.576.614	1.583.953
Aluguéis, juros, variação cambial		1.297.389	853.937
Outras remunerações a terceiros		1.279.225	730.016
10. Remuneração aos acionistas		(2.591.248)	(633.509)
Lucro/reserva retidos		(2.591.248)	(633.509)
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>		<b>13.939.320</b>	<b>14.040.733</b>



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011) pelas Leis nº 6.404/1976 (alterada pela Lei nº 11.638/2007), nº 6.538/1978, nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016 e demais legislações aplicáveis.

Conforme Estatuto Social, os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Presente em quase todos os municípios do país, as atividades operacionais abrangem a prestação de serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas até a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas localidades mais longínquas do território nacional.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, os Correios possuem atuação destacada na área concorrencial, a qual representa a maior parte do negócio. Os principais produtos dos Correios são: SEDEX — serviço líder de envios expressos no país; Exporta Fácil — serviço de envio de encomendas do Brasil para o exterior; Telegrama/e-Carta/Carta — serviços de comunicação impressa no território nacional; Express/Standard — serviços internacionais de envio de documentos; Vale Postal Eletrônico Nacional e Vale Postal Internacional — serviços de remessa de dinheiro no Brasil e no exterior.

A Empresa ainda oferece serviços de logística destinados ao *e-Commerce* que envolvem o recebimento do pedido, preparação do pacote e envio ao comprador, bem como serviços de logística de suprimentos — Correios Log Supri — por meio da gestão da cadeia logística de suprimentos do cliente, desde o recebimento do material nos armazéns até a distribuição.

No campo social, os Correios atuam como agente de integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente de serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Alinhados à política pública de universalização postal, que reúne diretrizes, normas e ações adotadas pelo governo para regulamentar, organizar e assegurar a prestação de serviços postais. Os Correios desempenham o papel de oferecer esses serviços em todo o território nacional. O objetivo é garantir que o serviço postal esteja acessível a todos os brasileiros, independentemente da localização, abrangendo áreas urbanas, rurais e regiões remotas, a preços acessíveis para a população.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As informações relevantes específicas das Demonstrações Contábeis estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de abril de 2025, a Diretoria Executiva autorizou o envio das Demonstrações Contábeis ao Conselho de Administração, o qual aprovou sua emissão, em 28 de abril de 2025, e as disponibilizará ao acionista em 30 de abril de 2025.

### 2.2. Continuidade operacional



Os Correios possuem projetos em andamento, vinculados ao Plano Estratégico dos Correios para o ciclo 2025/2029, que são acompanhados periodicamente pela Administração, que viabilizarão a geração de caixa para suportar os seus compromissos de modo a garantir a continuidade das suas operações.

A capacidade de continuidade operacional dos Correios foi objeto de análise por parte da Administração, com envolvimento das áreas responsáveis pelos processos de gestão estratégica, negócios, controladoria, jurídica e gestão de pessoas.

No mercado de livre concorrência, considerando o crescimento do *e-commerce*, principalmente, no cenário internacional, há importantes projetos relacionados que estão sendo implementados e visam tornar os Correios um *player* estratégico no âmbito internacional, com finalidade de garantir as atuais receitas e, da mesma forma, proporcionar novos incrementos nos resultados desse segmento.

Os projetos em curso de parcerias estratégicas para diversificação das fontes de receita, exemplo do que fizeram os grandes correios do mundo, visam ao fortalecimento da posição dos Correios em diversos setores, solidificando ainda mais seu papel como agente estratégico para o desenvolvimento nacional.

Também é importante referenciar o planejamento da implementação de nova plataforma digital de vendas que busca a fidelização dos clientes, a exploração e ampliação de novos produtos e negócios, aumento das receitas e a aderência do crescimento em logística às taxas do mercado. São ações essenciais para agregar valor, contribuir para a experiência do cliente e rentabilidade da Empresa.

Os Correios estão desenvolvendo projetos de parcerias estratégicas visando diversificar seus negócios, ampliar sua presença digital, fortalecer a competitividade e agregar valor à sua marca, com expectativa de retorno nos próximos anos. Esse movimento estratégico tem como objetivo consolidar os Correios como um dos maiores players do mercado.

As parcerias contribuirão significativamente para o crescimento da receita e modernização da Empresa, não apenas expandindo seu portfólio, mas também criando um ecossistema de negócios de destaque no mercado, proporcionando uma experiência diferenciada aos clientes que poderão contar com a capilaridade e confiança dos Correios.

Nas ações direcionadas ao Governo, convém dar ênfase à promulgação da Lei nº 14.744/2023, que trouxe preferência à contratação dos Correios para serviços logísticos aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta. Em julho de 2024, essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 12.124/2024. Desse modo, projeta-se crescimento nas receitas governamentais. Na mesma medida, há fortalecimento da imagem institucional dos Correios como principal parceiro logístico do Estado garantindo a execução de políticas públicas diversas e acesso à cidadania.

Em 2024, a Empresa enviou ao Congresso Nacional, por meio do PLN 26/24 (PLOA) de 2025, o planejamento de investimentos no montante de R\$ 1,6 bilhão para ampliação e modernização da infraestrutura de tratamento, tecnológica, de atendimento, distribuição, logística e administrativa.

Em março de 2025 foi efetuado um acordo entre os Correios e a PGFN que põe fim a dois processos de indébito tributário relacionados ao pagamento de Pis e Cofins. A negociação, resolveu uma disputa tributária de mais de 10 anos, resultando no direito ao crédito de R\$ 638 milhões aos Correios.

Ademais, a consolidação da identidade tributária dos Correios como entidade imune no texto constitucional, conforme §2º, inciso VI do Art. 150 da Constituição Federal/88, implicará na desoneração e desburocratização para a Empresa, além de redução de custos com o cumprimento de diversas obrigações acessórias.

Nesse ponto, com a promulgação da EC n.º 132/2023, além da consolidação da imunidade tributária, haverá significativa economia aos Correios, a partir de 2027, visto que a imunidade dos Correios será também aplicada à Contribuição de Bens e Serviço (CBS), que absorverá a PIS e a COFINS, contribuições pagas atualmente e que deixarão de existir.

Acrescenta-se que está em andamento a captação de recursos externos de longo prazo com o intuito de financiar os seguintes projetos de modernização dos Correios, atrelados à agenda ASG (ambiental, social e governança): eletromobilidade na última milha (veículos descarbonizados e bicicletas elétricas que são economicamente vantajosos, com menor custo de manutenção e combustíveis); infraestrutura eficiente (construção de centros e usinas fotovoltaicas, para ampliar a capacidade produtiva, reduzir custos e gerar energia limpa); modernização operacional e tecnológica (máquinas de triagem e atualização da plataforma tecnológica, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional por meio do aumento da capacidade de triagem automática e investimentos em modernização tecnológica, tornando a Empresa mais competitiva no mercado); e compensação gradual das emissões de carbono, visando tornar os Correios carbono neutro e promovendo sua nova trajetória de crescimento sustentável.



Essas medidas podem reverter o patrimônio líquido negativo, reduzir os prejuízos acumulados, fortalecer o caixa e restabelecer o capital circulante líquido a longo prazo.

Além do mais, para a consecução de sua função social, a Empresa cumpre as diretrizes que norteiam a universalização do atendimento e da entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, consignados nas Portarias nº 2.729/2021 e nº 13.692/2024 do Ministério das Comunicações. Na realização das ações necessárias para a universalização dos serviços postais, sob a ótica econômico-financeira, cerca de 66% das localidades atendidas pelos Correios considerando unidades próprias e terceirizadas atuam exclusivamente para atendimento aos critérios estabelecidos para universalização do serviço postal. O referido percentual considera a comparação entre a receita gerada e os recursos diretamente consumidos pelas operações (custos diretos). Quando se leva em consideração também o custeio dos recursos da estrutura administrativa da própria área de operações, esse percentual se eleva para aproximadamente 69%, enquanto quando se considera o custeio da estrutura de gastos totais da Empresa, contemplando toda a estrutura de suporte e demais despesas, o percentual de localidades que atuam para atendimento aos critérios de universalização se eleva para cerca de 85%.

A prestação dos serviços postais afetos à universalização representa em média, respectivamente, 87% de todo o volume postal na visão de custos diretos, 88% com a inclusão do custeio da estrutura administrativa da área de operações e 98% com a inclusão do custeio da estrutura de gastos totais da Empresa.

Cabe destacar que os Correios, enquanto Empresa pública de controle da União, assegurada por legislação específica, não se sujeitam à Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e de Falências (Lei n. 11.101/2005).

Logo, a natureza estatal da Empresa e a proteção legal, que impede sua descontinuidade, reforça a sua estabilidade operacional, garantindo a continuidade das atividades mesmo diante de desafios econômicos e concorrenciais.

### 2.3. Informações relacionadas à sustentabilidade

Por meio do seu programa de eletromobilidade, com investimento de R\$ 43,3 milhões, os Correios adquiriram 2.360 bicicletas e 50 furgões elétricos, com a respectiva adaptação de infraestrutura nas unidades operacionais envolvidas para o carregamento das baterias, como forma de contribuir com as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa ou CO2 equivalente.

Adicionalmente, reduziu o uso de combustíveis fósseis em suas operações dando início ao processo de substituição do uso de gasolina pelo etanol em mais dez mil veículos leves flex (furgões 400 kg e 600 kg) da sua frota.

No âmbito dos negócios, dentre as soluções comerciais sustentáveis para atendimento aos clientes com o menor impacto possível, com o gasto mínimo de recursos naturais, está o serviço e-Carta, escolha ideal para uma solução postal ágil e sustentável que entrega as mensagens de forma eficiente, segura e confidencial, otimizando os trechos do transporte e colaborando para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Em 2024, o serviço recebeu a premiação World Post & Parcel Awards 2024, na categoria "Melhor Solução Alternativa de Entrega".

Como ação de promoção da economia circular, os Correios adotam a prática sustentável "EcoPostal", que consiste na separação e destinação de camisas de carteiro, malas e malotes postais usados e inservíveis, para serem reaproveitados por entidades sem fins lucrativos. Também foram destinadas à reciclagem cerca de 5 mil toneladas de papel/papelão, 229 toneladas de plástico, 27 toneladas de metal e 2 toneladas de vidro, por meio da ação "Coleta Seletiva".

### 2.4. Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca evidenciar a riqueza gerada pela Empresa, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demais demonstrações e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM nº 199/2024 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

### 2.5. Moeda funcional e de apresentação



Os Correios utilizam o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e arredondados para o milhar mais próximo.

## 2.6. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das operações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

O efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

## 2.7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto, propriedade para investimento e ativos/passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as transcritas na **nota 2.9** que são relacionadas a mais de uma nota explicativa.

## 2.8. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

**Nota 7.1** – Contas a receber nacionais: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

**Nota 7.3** – Contas Internacionais: premissas para o reconhecimento do saldo a pagar e a receber de Administrações Postais; e percentuais para reconhecimento das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

**Nota 10.5** – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

**Nota 11.3.2**– Tributos diferidos: premissas para o reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferido mediante a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;

**Nota 12.1** – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos que visam suprir perdas decorrentes de processos legais; e

**Nota 18.1** – Avaliação ao valor recuperável: ativos não financeiros: avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos e estabelecimento da vida útil e valor residual do ativo imobilizado;

**Nota 18.3** – Arrendamentos: reconhecimento no ativo imobilizado do direito de uso nas operações de arrendamento mercantil com a utilização de uma taxa incremental de empréstimo para o registro das operações a valor presente.



## 2.9. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, a exceção daquelas que se relacionam com vários temas, as quais encontra-se evidenciadas a seguir:

### 2.9.1. Avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros

Anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos que não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (ORA), trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a este grupo. Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, estas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

### 2.9.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores, não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas Demonstrações Contábeis.

### 2.9.3. Novos Pronunciamentos Técnicos, Revisões e Interpretações

No exercício de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em aderência às normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu a revisão das seguintes normas contábeis, que já estavam em vigor no mesmo período. Contudo, essas revisões não tiveram impactos materiais nas Demonstrações Contábeis dos Correios.

Pronunciamento	Alterações/atualização
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Estabelece as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo que atende aos requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para ser contabilizada como venda e retroarrendamento ( <i>Sale and Leaseback</i> ) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Estabelece que, no final do período de reporte, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.
	Entre outras orientações, as alterações determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenant</i> , cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenant</i> , cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.
	Adiciona obrigação à entidade de divulgar se " <i>acessou, ou tem acesso, a linhas de crédito conforme acordos de financiamento de fornecedores (conforme descrito no item 44G do CPC 03 (R2)) que proporcionam à entidade prazos de</i>

*pagamento estendidos ou pagamento antecipado aos fornecedores da entidade*” quando da “Divulgação quantitativa do risco de liquidez” (Apêndice B).

Além disso, há outros Pronunciamentos Contábeis emitidos em 2024 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), mas com vigência programada a partir dos anos subsequentes, como se observa:

Pronunciamento	Alterações/atualização	Vigência
CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (01/2025)	Estabelecem que, quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.	1º de janeiro de 2025
	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Altera (classificação) das contas de Natureza para Função	1º de janeiro de 2026.
	Implementa nova estrutura da DRE, baseada na função das contas, classificando em 5 (cinco) novas categorias: Operacional, Investimento, Financiamento, Tributos, Operações Descontinuadas.	
CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	A entidade deve divulgar todos os riscos e oportunidades de sustentabilidade que possam influenciar sua posição financeira e de desempenho futuro, conforme os itens B1-B2 da norma.	1º de janeiro de 2026
	Exige que a entidade divulgue seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo	
	As informações devem ser relevantes, comparáveis, verificáveis, tempestivas, compreensíveis.	
CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Exige divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima e que sejam úteis para usuários, no que concerne a relatórios financeiros de propósito geral na tomada de decisões referentes ao fornecimento de recursos para organização, englobando aspectos de: <b>riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização.</b>	1º de janeiro de 2026

O CPC 02 não impactará as Demonstrações Contábeis dos Correios, pois as moedas utilizadas pela Empresa são consideradas permutáveis, inclusive a DES – Direito Especial de Saque, possui cotação no Banco do Brasil.

O CPC 26, o CBPS 1 e 2, serão adotados tempestivamente nas Demonstrações Contábeis.

#### 2.9.4. Informações por Segmento

A divulgação das informações por segmento, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 22, é obrigatória para entidades cujos instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados no mercado de capitais ou que apresentem suas demonstrações financeiras à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outra autoridade reguladora.

Apesar de os Correios não se enquadrarem nesses requisitos, a Empresa optou por divulgar essas informações na Nota Explicativa 21.9, com o objetivo de proporcionar uma visão mais detalhada e transparente de suas operações, especialmente no que se refere à universalização dos serviços postais.

### 3. GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, que contempla os limites de exposição a riscos, assim como suas revisões. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo CA em 2024, disponibilizada no *website* da Empresa estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, definindo claramente os tipos e níveis de risco aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos.

### 3.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir resume os riscos e a forma como são administrados pela Empresa, cujo objetivo precípua consiste em resguardar a capacidade de continuidade da companhia, provendo retorno ao seu acionista e sociedade:

RISCO	NOTA	EXPOSIÇÃO	GESTÃO
Risco de mercado – nota 6.2	6	Fundos de Investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
	7.3.2	Recebimentos e pagamentos internacionais	Operação de <i>Hedge</i>
	6	Fundos de Investimento	Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de crédito – nota 6.3	7.1	Contas a receber de clientes	Avaliação de crédito na concessão, suspensão/reativação de contratos
	13	Endividamento	Acompanhamento de indicadores Dívida Líquida/EBITDA
	6	Fundos de investimento	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa
Risco de liquidez – nota 6.4		Obrigações futuras	Política de dividendos
			Política de Caixa Mínimo

## 4. REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Com o objetivo de assegurar a conformidade e a precisão das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, foram realizadas a reapresentação e a reclassificação das informações previamente consolidadas, conforme detalhado nas notas explicativas 4.2, 4.1 e 4.2.

### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	31/12/2023		01/01/2023		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.677.804</b>	-	<b>3.677.804</b>	<b>3.486.071</b>	-	<b>3.486.071</b>
Caixa e equivalentes de caixa		375.913	-	375.913	91.202	-	91.202
Aplicações		804.123	-	804.123	963.829	-	963.829
Contas a receber		1.945.669	-	1.945.669	2.047.976	-	2.047.976
Estoques		74.473	-	74.473	93.888	-	93.888
Outros valores e bens		477.626	-	477.626	289.176	-	289.176
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.794.281</b>	<b>62.735</b>	<b>14.731.546</b>	<b>14.566.939</b>	<b>59.088</b>	<b>14.507.851</b>
Realizável a longo prazo		5.285.839	62.735	5.223.104	5.726.496	59.088	5.667.408
Tributos Diferidos	4.1	1.273.988	62.735	1.211.253	1.182.781	59.088	1.123.693
Outros		4.011.851	-	4.011.851	4.543.715	-	4.543.715
Investimentos		1.528.287	-	1.528.287	1.497.118	-	1.497.118
Imobilizado		7.924.194	-	7.924.194	7.310.592	-	7.310.592
Intangível		55.961	-	55.961	32.733	-	32.733
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>18.472.085</b>	<b>62.735</b>	<b>18.409.350</b>	<b>18.053.010</b>	<b>59.088</b>	<b>17.993.922</b>

PASSIVO	NOTA	31/12/2023		01/01/2023		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	REAPRESENTADO/	AJUSTES	PUBLICADO
<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.753.498</b>	-	<b>5.753.498</b>	<b>4.680.289</b>	-	<b>4.680.289</b>

PASSIVO	NOTA	31/12/2023		01/01/2023		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	REAPRESENTADO/	AJUSTES	PUBLICADO
Fornecedores		1.751.834	-	1.751.834	1.382.375	-	1.382.375
Benefícios a empregados		2.584.537	-	2.584.537	2.175.404	-	2.175.404
Impostos e contribuições		407.437	-	407.437	238.502	-	238.502
Arrecadações e recebimentos		84.222	-	84.222	57.569	-	57.569
Adiantamentos de clientes e receitas a		247.801	-	247.801	136.899	-	136.899
Contas internacionais		17.138	-	17.138	13.621	-	13.621
Processos Judiciais		235.429	-	235.429	180.844	-	180.844
Empréstimos	4.2	-	-	-	82.734	82.734	-
Arrendamento		388.243	-	388.243	335.811	-	335.811
Instrumentos financeiros - derivativos		60	-	60	23	-	23
Outros créditos	4.2	36.797	-	36.797	76.507	(82.734)	159.241
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.078.736</b>	<b>697.060</b>	<b>12.381.676</b>	<b>13.159.436</b>	<b>656.529</b>	<b>12.502.907</b>
Contas internacionais		36.408	-	36.408	41.495	-	41.495
Adiantamentos de clientes e receitas a		43.580	-	43.580	-	-	-
Benefícios a empregados		7.895.100	-	7.895.100	8.186.483	-	8.186.483
Tributos diferidos		453.478	-	453.478	446.767	-	446.767
Processos Judiciais	4.1	3.172.856	697.060	2.475.796	3.185.594	656.529	2.529.065
Arrendamento		1.473.766	-	1.473.766	1.298.713	-	1.298.713
Outros créditos		3.548	-	3.548	384	-	384
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(360.149)</b>	<b>(634.325)</b>	<b>274.176</b>	<b>213.285</b>	<b>(597.441)</b>	<b>810.726</b>
Capital		3.403.458	-	3.403.458	3.403.458	-	3.403.458
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.463.927	-	3.463.927	3.449.326	-	3.449.326
Outros Resultados Abrangentes - ORA		(5.981.163)	-	(5.981.163)	(6.016.774)	-	(6.016.774)
Prejuízos acumulados		(1.246.371)	(634.325)	(612.046)	(622.725)	(597.441)	(25.284)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>18.472.085</b>	<b>62.735</b>	<b>18.409.350</b>	<b>18.053.010</b>	<b>59.088</b>	<b>17.993.922</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	NOTA	31/12/2023		31/12/2023	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>		<b>19.243.353</b>	<b>-</b>	<b>19.243.353</b>	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.3	(15.200.258)	457.513	(15.657.771)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.043.095</b>	<b>457.513</b>	<b>3.585.582</b>	
Despesas com vendas/serviços		(1.799.511)	-	(1.799.511)	
Despesas gerais e administrativas	4.3	(4.078.064)	(498.045)	(3.580.019)	
Outras receitas operacionais		1.160.255	-	1.160.255	
Outras despesas operacionais		(93.357)	-	(93.357)	
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>	<b>4.3</b>	<b>(767.582)</b>	<b>(40.532)</b>	<b>(727.050)</b>	
Receitas financeiras		659.701	-	659.701	
Despesas financeiras		(615.752)	-	(615.752)	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>43.949</b>	<b>-</b>	<b>43.949</b>	
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(723.633)</b>	<b>(40.532)</b>	<b>(683.101)</b>	
Tributos sobre o lucro	4.1	90.124	3.648	86.476	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(633.509)</b>	<b>(36.884)</b>	<b>(596.625)</b>	

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NOTA	31/12/2023		31/12/2023	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>4.1</b>	<b>(633.509)</b>	<b>(36.884)</b>	<b>(596.625)</b>	
Itens que não serão reclassificados para o resultado		36.496	-	36.496	
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego		39.822	-	39.822	
Ganho - valor justo - propriedades para investimento		3.646	-	3.646	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em milhares R\$

Realização do ganho pela venda de imóvel	(2.701)	-	(2.701)
CSLL diferida	(4.271)	-	(4.271)
Itens que serão reclassificados para o resultado	(885)	-	(885)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	(973)	-	(973)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	88	-	88
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>(597.898)</b>	<b>(36.884)</b>	<b>(561.014)</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS			ORA	AAP	TOTAL
			REAPRESENTADO	AJUSTE	PUBLICADO			
<b>Saldo REAPRESENTADO em 01/01/2023</b>	<b>4.1</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(622.725)</b>	<b>(597.441)</b>	<b>(25.284)</b>	<b>(6.016.774)</b>	<b>3.449.326</b>	<b>213.285</b>
Resultado líquido do exercício	4.1	-	(633.509)	(36.884)	(596.625)	-	-	(633.509)
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	39.822	-	39.822
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA		-	-	-	-	(972)	-	(972)
Realização do custo atribuído		-	2.022	-	2.022	-	(2.022)	-
Impairment		-	-	-	-	-	23.208	23.208
Ganhos a valor justo – propriedades para investimento		-	-	-	-	3.646	-	3.646
Realização - alienação de imóvel / Perdas valor justo		-	7.841	-	7.841	(2.702)	(5.139)	-
CSLL diferida		-	-	-	-	(4.183)	(1.446)	(5.629)
<b>Saldo REAPRESENTADO em 31/12/2023</b>	<b>4.1</b>	<b>3.403.458</b>	<b>(1.246.371)</b>	<b>(634.325)</b>	<b>(612.046)</b>	<b>(5.981.163)</b>	<b>3.463.927</b>	<b>(360.149)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	NOTA	31/12/2023 REAPRESENTADO	AJUSTES	31/12/2023 PUBLICADO
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do período</b>		<b>(633.509)</b>	<b>(36.884)</b>	<b>(596.625)</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>		<b>212.760</b>	<b>40.532</b>	<b>172.228</b>
Depreciação e amortização		586.641	-	586.641
Provisões	4.1	99.859	40.532	59.327
Despesas de variação patrimonial e perdas		251.058	-	251.058
Receita de variação patrimonial		(425.784)	-	(425.784)
Atualização de créditos tributários		(207.838)	-	(207.838)
Resultado da alienação de bens		(19.856)	-	(19.856)
Ganhos/perdas a valor justo das propriedades para investimento		(71.521)	-	(71.521)
Ganhos/perdas a valor justo da operação de hedge		201	-	201
<b>Mutações patrimoniais</b>		<b>1.103.669</b>	<b>(3.648)</b>	<b>1.107.317</b>
Contas a receber		183.696	-	183.696
Estoques		19.415	-	19.415
Outros valores e bens		237.334	-	237.334
Arrendamento		168.864	-	168.864
Realizável a longo prazo	4.1	(160.596)	(3.648)	(156.948)
Fornecedores		369.459	-	369.459
Salários e encargos sociais		24.693	-	24.693
Impostos e contribuições		168.935	-	168.935
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI		(283.382)	-	(283.382)
Convênio Postal Saúde		198.376	-	198.376
Outras		176.875	-	176.875
<b>Recursos líquidos gerados/(utilizados) nas atividades operacionais</b>		<b>682.920</b>	<b>-</b>	<b>682.920</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aplicações financeiras		887.242	-	887.242
Adições - ativo imobilizado		(800.909)	-	(800.909)
Adições - ativo intangível		(45.701)	-	(45.701)

NOTA	31/12/2023	AJUSTES	31/12/2023
	REAPRESENTADO		PUBLICADO
Adições - propriedades para investimento	(71.521)	-	(71.521)
Baixas - ativo imobilizado	108.586	-	108.586
Baixas - propriedades para investimento	6.202	-	6.202
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>83.899</b>	-	<b>83.899</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		-	
Empréstimos e financiamentos - principal	(83.333)	-	(83.333)
Empréstimos e financiamentos - juros	(855)	-	(855)
Arrendamento - principal	(251.890)	-	(251.890)
Arrendamento - juros	(146.031)	-	(146.031)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>(482.109)</b>	-	<b>(482.109)</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>284.710</b>	-	<b>284.710</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	91.203	-	91.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	375.913	-	375.913

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

NOTA	31/12/2023	AJUSTES	31/12/2023
	REAPRESENTADO		PUBLICADO
Geração do valor adicionado			
1. Receitas	20.968.812	-	20.968.812
2. Insumos adquiridos de terceiros	(7.001.139)	(36.884)	(6.964.255)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(6.772.498)	-	(6.772.498)
Serviços adquiridos de terceiros	(20.907)	-	(20.907)
Provisões diversas	(207.734)	(36.884)	(170.850)
3. Valor adicionado bruto (1+2)	13.967.673	(36.884)	14.004.557
4. Retenções	(586.641)	-	(586.641)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	13.381.032	(36.884)	13.417.916
6. Valor adicionado recebido em transferência	659.701	-	659.701
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>14.040.733</b>	<b>(36.884)</b>	<b>14.077.617</b>
Distribuição do valor adicionado		-	
7. Remuneração do trabalho	10.666.720	-	10.666.720
8. Remuneração do governo	2.423.569	-	2.423.569
9. Remuneração do capital de terceiros	1.583.953	-	1.583.953
10. Remuneração aos acionistas	(633.509)	(36.884)	(596.625)
Lucro/reserva retidos	(633.509)	(36.884)	(596.625)
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>	<b>14.040.733</b>	<b>(36.884)</b>	<b>14.077.617</b>

### 4.1. Processos Judiciais e Tributos diferidos

A área jurídica dos Correios está revisando seus processos e atualizando as informações de controle das ações judiciais de maior impacto e relevância, em conformidade com as diretrizes internas e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). O objetivo é garantir que os registros reflitam com precisão a real situação dos processos em andamento.

Durante a revisão, foram analisados aspectos como classificação de risco, probabilidade de sucesso e valores envolvidos. Essas medidas visam assegurar um contingenciamento adequado e o correto provisionamento dos processos.

Os efeitos da reapresentação das provisões para contingência impactaram em reconhecimento de tributos diferidos ativos, acrescentando-se o valor R\$ 62.735, de forma a apresentar as bases tributáveis em conformidade aos períodos contábeis em que foram reconhecidas.

No quadro a seguir, apresentamos os valores detalhados por natureza, que servem de base para a reapresentação.

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2023	01/01/2023	TOTAL
	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
Trabalhista	38.709	579.760	618.469
Fiscal	-	653	653
Cível	1.823	76.116	77.939
<b>A – Total de provisões para contingências</b>	<b>40.532</b>	<b>656.529</b>	<b>697.060</b>
<b>B – Tributos</b>	<b>3.648</b>	<b>59.088</b>	<b>62.735</b>
<b>C - Efeito Líquido (A – B)</b>	<b>36.884</b>	<b>597.441</b>	<b>634.325</b>

## 4.2. Empréstimos e Outros créditos

A partir de 01/01/2023 a última parcela do empréstimo contraído junto ao Citibank em 2022 foi segregada da rubrica Outros Créditos e lançada no grupo Empréstimos do passivo circulante.

## 4.3. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	AJUSTE	2023
	RECLASSIFICADO	AJUSTE	PUBLICADO
Pessoal	(9.572.520)	457.513	(10.030.033)

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de		
	2023	AJUSTE	2023
	RECLASSIFICADO	AJUSTE	PUBLICADO
Pessoal	(2.881.968)	(457.513)	(2.424.455)
Contingências	(40.532)	(40.532)	-

Em virtude de revisão de alocação custos, foi realizada a reclassificação do custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados para despesas administrativas.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que podem ser convertidas em dinheiro em até 90 dias, sujeito a um insignificante risco de perda potencial (nota 6.2), mantidos com a finalidade de fazer frente às necessidades de caixa imediatas da operação.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	3.407	3.613
Banco	83.362	14.008
Aplicações–Fundo FAE (Cotas Fundo)	28.112	358.292
<b>TOTAL</b>	<b>114.881</b>	<b>375.913</b>

A Empresa possui saldo de R\$ 3.127 na conta corrente no Banco do Brasil New York Branch em Nova York, Estados Unidos. Este montante refere-se à garantia concedida aos Correios para fornecimento de sistema de triagem automática de encomendas (MECTRI) para o Centro de Tratamento de Pinhais/PR.

Para a conversão do saldo em dólares americanos (USD) para reais (BRL) foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento divulgada pelo Banco Central do Brasil na data do balanço.

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a Resolução 4.986 de 17 de fevereiro de 2022 do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas podem aplicar suas disponibilidades financeiras oriundas de receitas próprias apenas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do

conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na BB Asset, gestora de fundos do Banco do Brasil e na Caixa Asset, gestora de fundos da Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas).

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazos marcados a mercado e com vencimentos até 2029.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>		<b>50.344</b>	<b>804.123</b>
Aplicações financeiras		49.867	803.946
NTN-B/LFT		24.843	613.800
2024		-	613.800
2025		24.843	-
Caixa/Operação compromissada		25.046	190.205
Ajustes fundo		(22)	(59)
Títulos e valores mobiliários		477	177
Aplicações - VJORA		200	177
Derivativos - hedge	7.3.2	277	-
<b>Ativo não circulante</b>		<b>83.930</b>	<b>2.031.197</b>
NTN-B/LFT		83.930	2.031.197
2025		-	460.969
2026		22.938	706.291
2027		13.238	284.970
2028		38.819	578.967
2029		8.935	-
<b>TOTAL</b>		<b>134.274</b>	<b>2.835.320</b>

A redução do montante aplicado deve-se a utilização dos recursos para o pagamento de obrigações no período.

### 6.1. Aplicações a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Trata-se de ações de companhias telefônicas.

### 6.2. Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como câmbio, índices de preço, taxas de juros que podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB Asset e Caixa Asset, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos por meio de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal de um dia e com intervalo de confiança de 95%.

Apesar de não haver um limite máximo previamente estabelecido para o *VaR*, na hipótese de ocorrer aumento significativo de seu valor, pode-se reduzir a exposição nos vértices mais longos dos títulos como forma de mitigar esse risco, os trazendo para vencimentos mais curtos ou, se necessário, direcionar os recursos para papéis de baixa volatilidade, a exemplo de operações compromissadas, dentro dos limites legais.

### 6.3. Risco de crédito

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

Dessa forma, em termos de risco de crédito, os Correios investem seus recursos nos ativos de menor risco disponíveis no mercado brasileiro, uma vez que os títulos públicos possuem risco de crédito soberano.

#### 6.4. Risco de liquidez

A gestão financeira dos Correios realiza o acompanhamento da previsão e do controle das disponibilidades financeiras, abrangendo horizontes de curto e longo prazo, com o objetivo de avaliar os cenários de liquidez e seu impacto para a sustentação das operações da Empresa. A análise contínua dos critérios de liquidez possibilita a identificação de eventuais desequilíbrios financeiros, permitindo implementação de algumas medidas preventivas, bem como permite a tomada de decisões quanto a medidas corretivas que assegurem a sustentabilidade econômica da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa dos Correios é realizada pela área financeira de acordo com as premissas de receita estabelecidas no Plano de Negócios, aprovado no âmbito do Conselho de Administração, bem como pelas projeções de despesas aprovadas pelo Comitê Orçamento Base Zero, composto pelo Presidente e Diretores da empresa.

Em cenários de insuficiência de caixa, ações corretivas devem ser adotadas, tais como a postergação de pagamento junto a fornecedores, a antecipação de recebíveis e, quando necessário, a realização de operações de crédito previamente aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essas medidas melhoram a compatibilização das entradas e saídas de recursos no curto prazo. Ademais, projeções de cenários de insuficiência de caixa, permite que a Diretoria da Empresa adote ações estruturantes preservando a liquidez da organização, iniciativas estruturais voltadas à eficiência operacional, como o Plano de Demissão Voluntária (PDV), ações de redução de despesas são executadas com o propósito de otimizar a estrutura de custo, essas sim com capacidade de fortalecer a saúde financeira da Empresa.

Por meio do Relatório de Avaliação Empresarial (RAE), as informações relativas às disponibilidades financeiras, às receitas e às despesas da Empresa são reportadas periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria (COAUD), ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração (CA) e ao Ministério das Comunicações (MCom), assegurando transparência, alinhamento estratégico com os órgãos de governança corporativa, bem como permitir a tomada de decisões com relação a situação de caixa.

### 7. CONTAS A RECEBER

Representam a contraprestação de clientes nacionais e internacionais devido ao cumprimento de obrigação de desempenho pela transferência do bem ou da prestação do serviço.

CONTAS A RECEBER	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		<b>2.250.899</b>	<b>1.945.669</b>
Contas nacionais	7.1	2.157.108	1.774.299
Contas internacionais	7.3	93.791	171.370
Não circulante		<b>104.472</b>	<b>175.425</b>
Contas internacionais	7.3	104.472	175.425
<b>TOTAL</b>		<b>2.355.371</b>	<b>2.121.094</b>

#### 7.1. Contas a receber nacionais

Os valores a receber nacionais são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais. Todavia, apesar de serem mensurados pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

A tabela abaixo evidencia o detalhamento dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional:

CONTAS A RECEBER NACIONAIS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Serviços faturados		1.782.055	1.573.110

CONTAS A RECEBER NACIONAIS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Total a receber	7.1.1	1.806.447	1.632.418
(-) PECLD	7.1.1	(24.392)	(59.308)
Serviços a faturar		304.920	137.404
Agências terceirizadas		40.832	29.500
Cartões de crédito		29.301	34.285
<b>TOTAL</b>		<b>2.157.108</b>	<b>1.774.299</b>

### 7.1.1. PECLD Contas a Receber Nacionais

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda, considerando a exclusão de *outliers* a fim de obter resultados mais precisos, o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência em 12 (doze) meses são ajustados prospectivamente às variações do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Os percentuais e valores da PECLD, por faixa de vencimento, dos exercícios de 2023 e 2024 são os seguintes:

FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/2024			31/12/2023		
	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.641.304	0,10%	(1.641)	1.348.932	0,20%	(2.698)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	110.737	1,50%	(1.661)	231.469	4,30%	(9.953)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	17.079	15,90%	(2.715)	7.191	93,70%	(6.738)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	13.009	15,00%	(1.951)	3.991	47,40%	(1.892)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	14.022	43,70%	(6.128)	5.802	51,60%	(2.994)
F – Vencidos há mais de 180 dias	10.296	100,00%	(10.296)	35.033	100,00%	(35.033)
<b>TOTAL</b>	<b>1.806.447</b>	<b>1,35%</b>	<b>(24.392)</b>	<b>1.632.418</b>	<b>3,6%</b>	<b>(59.308)</b>

Em 2024, houve a revisão dos percentuais de PECLD das contas nacionais a receber, sendo identificados e excluídos os eventos atípicos na faixa C, que resultaram na alteração do percentual de 93,7% para 15,9%.

A redução do percentual aplicado à PECLD é resultado da queda na inadimplência demonstrada no estudo efetuado, com destaque na faixa D. O método adotado pela Empresa tem sido aplicado de forma consistente nos últimos anos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

As perdas dedutíveis e não dedutíveis apresentaram as movimentações detalhadas abaixo:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS	31/12/2024	31/12/2023
A – Perda total no início do período	(59.308)	(36.815)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro	(204)	(204)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	(59.104)	(36.611)
D – Adições	-	(22.493)
E – Baixas	34.972	-
F – Perda não dedutível no final do período	(24.132)	(59.104)
G – Perda dedutível no final do período	(260)	(204)
<b>TOTAL</b>	<b>(24.392)</b>	<b>(59.308)</b>

### 7.2. Gestão de risco de crédito – contas a receber

Os Correios definiram políticas voltadas para os processos de concessão de crédito, faturamento e cobrança, nos quais são avaliados os perfis dos clientes levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além dessa primeira análise, uma vez o cliente já possuindo contrato com os Correios, é feito monitoramento periódico do consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reativação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Dessa maneira, mitiga-se o risco de inadimplência dos clientes, uma vez que essas ações são adotadas tempestivamente para estancar o crescimento de eventual dívida do cliente, evitando que atinja patamar desproporcional ao crédito concedido.

### 7.3. Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pelos Correios de outros operadores postais e aquelas postadas no Brasil destinadas ao exterior por outros operadores postais são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a Empresa recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao operador postal que enviou a remessa. Por outro lado, quando os Correios enviam uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro operador postal é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os operadores postais envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). O pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa ("R\$").

O percentual da PECLD é estabelecido mediante confronto dos valores (em DES) a receber e o efetivamente recebidos, segregados por tipo de serviço.

Com relação ao risco de variações da taxa de câmbio, os Correios estão expostos por meio de seus pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira referentes a serviços postais internacionais. Para esse risco estão considerados os valores das administrações Postais vinculadas à União Postal Universal – UPU, expressos em Direito Especial de Saque – DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

#### 7.3.1. Contas a receber internacionais

Em 2023 e 2024 as contas internacionais, que se referem aos serviços prestados entre os Correios do Brasil e os Correios do Mundo, seguindo normas da União Postal Universal – UPU, apresentaram os seguintes saldos:

CONTAS INTERNACIONAIS	NOTA	31/12/2024		31/12/2023	
		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>Circulante</b>		<b>93.791</b>	<b>26.006</b>	<b>171.386</b>	<b>17.138</b>
Administrações postais <sup>1</sup> (A)		95.727	26.006	173.427	17.138
(-) PECLD (B)		(1.936)	-	(2.041)	-
<b>Não circulante</b>		<b>104.472</b>	<b>43.732</b>	<b>175.425</b>	<b>36.408</b>
Administrações postais (C)		106.528	43.732	187.838	36.408
(-) PECLD (D)		(2.056)	-	(12.413)	-
Total Administrações Postais (A + C)	7.3.1.1	202.255	69.738	361.265	53.546
Total PECLD (B + D)	7.3.1.1	(3.992)	-	(14.454)	-
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>		<b>198.263</b>	<b>69.738</b>	<b>346.811</b>	<b>53.546</b>

<sup>1</sup> As rubricas UPU Clearing e Serviço Interno não correlacionado foram aglutinadas, prospectivamente a partir de dezembro de 2023, em "Administrações Postais".

Em dezembro de 2024 houve a baixa de R\$ 33.499 de valores a receber das Administrações Postais, sem prejuízo ao prosseguimento das cobranças por vias administrativas ou até diplomáticas, sendo R\$ 1.257 decorrente do não reconhecimento da obrigação por operadoras postais internacionais, com base em critérios previstos pela UPU, e R\$ 32.242 de recebíveis registrados há mais de cinco anos.

A variação dessa conta justifica-se pela migração de clientes usuários dos serviços da plataforma UPU para o serviço PACKET – modalidade de importação para distribuição de mercadorias internacionais de até 30 kg - (Nota 21.1– rubrica "Internacional"), prestado para operadores privados.

##### 7.3.1.1. PECLD Contas a Receber Internacionais

Para as contas internacionais, as Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são estabelecidas por tipo de serviço e com base nas inadimplências ocorridas nos últimos 36 meses. Assim, de acordo com os estudos efetuados nos exercícios de 2023 e 2024 com base nas movimentações das contas a receber das Administrações Postais detalhados por serviço:

ADMINISTRAÇÕES POSTAIS - PECLD	31/12/2024			31/12/2023		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD
EMS - interno	7	0,23%	-	6	0,23%	-
Trânsito	126	0,39%	-	6.723	82,15%	(5.523)
Prime	11.839	1,18%	(140)	139.259	0,37%	(515)
Colis - import	13.697	1,24%	(170)	22.419	8,74%	(1.959)
LC/AO - interno	710	1,38%	(10)	1.801	6,77%	(122)
LC/AO - import	161.937	1,71%	(2.774)	175.225	2,88%	(5.053)
EMS - import	11.785	2,23%	(263)	13.272	3,81%	(505)
Reembolso de despesas portuárias	2.154	29,48%	(635)	2.535	29,66%	(752)
Surpostal - import	-	-	-	25	98,15%	(25)
<b>TOTAL</b>	<b>202.255</b>		<b>(3.992)</b>	<b>361.265</b>		<b>(14.454)</b>

A redução da PECLD deve-se pela migração dos serviços e pela baixa das Contas Internacionais citadas na nota 7.3.1

### 7.3.2. Hedge

Trata-se de derivativos (*Hedge* de fluxo de caixa) contratados pelos Correios, avaliadas pelo valor justo, com o objetivo de proteger as contas a receber e a pagar internacionais, contra riscos de variação cambial, a fim de garantir que essas variações não impactem adversamente nos fluxos de caixa esperados. As referidas contas são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional.

Como a Empresa optou por não adotar a política de *hedge accounting* para os instrumentos de proteção contratados, os efeitos do valor justo (ganhos e perdas apurados) são reconhecidos integralmente no resultado do exercício no grupo de receitas/despesas financeiras.

No terceiro trimestre 2024, a Empresa manteve uma operação de zero *cost collar* para proteger um montante de 33.500 DES, correspondente ao resultado das contas a receber e a pagar internacionais. A estrutura da operação consistiu na compra de uma opção de venda (*put*) com preço de exercício de R\$ 7,52165 por DES e na venda de uma opção de compra (*call* - para financiamento da compra da *put*) com preço de exercício de R\$ 7,98498 por DES, resultando em um custo inicial zero devido ao prêmio recebido pela venda da *call*.

O valor base inicial da operação atual, ocorrida em 31/07/2024, foi de 33,5 milhões de DES e foi realizada de acordo com os saldos contábeis das contas do ativo e passivo referentes aos recebimentos e pagamentos futuros internacionais de junho/2024, conforme detalhado a seguir:

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	30/06/2024 (R\$)	30/06/2024 (DES)	SALDO – 31/12/2023	COTAÇÃO R\$/DES EM 30/06/2024
Ativo – Contas internacionais a receber	309.615	42.350	361.249	7,31080
Passivo – Contas internacionais a pagar	(64.109)	(8.769)	(53.546)	
<b>SALDO – CONTAS INTERNACIONAIS</b>	<b>245.506</b>	<b>33.581</b>	<b>307.703</b>	

Os quadros abaixo detalham o valor atual da operação:

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	01/08/2023 a	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	5,86640	80.600	472.832
	31/01/2024	Compra de opção de Venda ( <i>call</i> )	7,51884		606.019
Banco Santander	01/02/2024 a	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	6,01380	37.600	226.119
	31/07/2025	Compra de opção de venda ( <i>call</i> )	7,82056		294.053

Banco Citibank S.A.	31/07/2024	Compra de opção de venda (put)	7,52165		251.975
	a			33.500	
	31/01/2025	Compra de opção de venda (call)	7,98498		267.497

DESCRIÇÃO	31/12/2024	VALORJUSTO	31/12/2023
Derivativos – hedge (ativo)	277	(277)	-
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(7.175)	7.115	(60)
<b>TOTAL (ATIVO – PASSIVO)</b>	<b>(6.898)</b>	<b>6.838</b>	<b>(60)</b>

Em 2024 a cotação do DES apresentou alta de 24,32% em relação à posição da moeda em 31 de dezembro de 2023.

Isoladamente, o desempenho da moeda provocou o aumento de R\$ 42.251 nas contas internacionais devido à variação cambial positiva das operações de hedge em 2024. Por outro lado, sofreu variação negativa de R\$ 7.499 influenciada pelas flutuações no valor justo dos derivativos contratados. Dessa forma, o ganho líquido entre a receita de variação cambial e hedge foi de R\$ 34.752.

EFETIVIDADE DO HEDGE	31/12/2024	31/12/2023
A - Receita de variação cambial	68.433	36.719
B - Despesa de variação cambial	(26.182)	(72.172)
<b>C - Resultado da variação cambial (A+B)</b>	<b>42.251</b>	<b>(35.453)</b>
D - Ganhos e perdas - valor justo	(6.838)	(201)
E - Ganhos e perdas - realização	(661)	-
<b>F - Total dos ganhos/perdas hedge (D+E)</b>	<b>(7.499)</b>	<b>(201)</b>
<b>G - Total da variação cambial + ganhos e perdas hedge (C+F)</b>	<b>34.752</b>	<b>(35.654)</b>
<b>H – Hedge / variação cambial</b>	<b>17,70%</b>	<b>(0,6%)</b>

## 8. ESTOQUES

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

O armazenamento é realizado em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas e operacionais. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	74.473	93.888
Entradas	114.514	131.915
Baixas/Alijamento/Perdas	(7.529)	(3.594)
Saídas	(116.925)	(147.736)
<b>TOTAL</b>	<b>64.533</b>	<b>74.473</b>

A variação do período deve-se principalmente à saída de material de revenda (caixa de encomendas e envelopes), correspondente a R\$ 11 milhões.

## 9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores. Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de

recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade. As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

FORNECEDORES - MOVIMENTAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.751.834	1.382.375
Adições	21.874.724	19.237.753
Pagamentos	(22.116.811)	(18.622.344)
Descontos	(251.401)	(245.950)
<b>TOTAL</b>	<b>1.258.346</b>	<b>1.751.834</b>

A variação ocorrida justifica-se pela concentração de obrigações em dezembro de 2023, geradas pela aquisição de veículos, obrigação assumida para o pagamento de ticket alimentação extra - decorrente de acordo coletivo de trabalho 2023/2024 e gastos com saúde que totalizaram R\$ 467.779. Esses eventos, liquidados em 2024, impactaram significativamente o saldo das obrigações com fornecedores.

## 10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Referem-se a todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>		<b>99.078</b>	<b>265.411</b>
Adiantamento de Pessoal	10.1	98.872	44.214
Convênio Postal Saúde	10.3	206	221.197
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>99.078</b>	<b>265.411</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>2.787.703</b>	<b>2.584.537</b>
Salários e Encargos	10.1.1	1.609.807	1.444.781
Benefício pós-emprego	10.5.1	540.730	475.970
Convênio Postal Saúde	10.3	385.453	332.974
Obrigações trabalhistas	10.4.3	251.713	330.812
<b>Passivo Não circulante</b>		<b>9.268.734</b>	<b>7.895.100</b>
Benefício pós-emprego	10.5.1	9.076.388	7.501.836
Obrigações trabalhistas	10.4.3	189.295	393.264
Obrigações com herdeiros		3.051	-
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>12.056.437</b>	<b>10.479.637</b>

### 10.1. Adiantamento de pessoal

Referem-se aos direitos a receber pela concessão de adiantamentos à empregados, inclusive àqueles cedidos a outros órgãos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL		31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de férias	10.1.1	88.172	37.450
Adiantamento salarial		5.854	1.346
Empregados cedidos		4.737	5.155
Demais adiantamentos		109	263
<b>TOTAL</b>		<b>98.872</b>	<b>44.214</b>

#### 10.1.1. Adiantamento de Férias

A variação desta conta justifica-se pelo aumento significativo de 87% na quantidade de empregados que saíram de férias e solicitaram o adiantamento empréstimo na folha de férias. Em 2023, foram 10.403 empregados que solicitaram o adiantamento, enquanto em 2024 esse número subiu para 19.479.

### 10.2. Salários e encargos sociais

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos e às obrigações patronais.

SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		<b>1.609.807</b>	<b>1.444.781</b>
<b>Salários</b>		<b>1.219.763</b>	<b>1.131.348</b>
Férias		1.086.853	1.012.446
INSS – empregado		49.607	47.448
Postalís (PostalPrev) – empregado		41.205	37.939
Obrigações trabalhistas		13.856	18.868
Postalís (PBD) – empregado	10.2.1	28.234	12.995
Retenção SEST/SENAT		8	9
Participação no Lucros e Resultados		-	1.643
<b>Encargos Sociais</b>		<b>390.044</b>	<b>313.433</b>
INSS - empregador		140.542	134.539
FGTS		64.162	60.791
Postalís (PBD) - empregador	10.2.1	130.037	65.118
Postalís (PostalPrev) - empregador		38.450	35.944
Salário educação		13.479	12.924
INSS autônomos/avulsos		2.296	3.078
Senai adicional		1.078	1.039
<b>Não Circulante</b>		<b>3.051</b>	<b>-</b>
Salários - Obrigações com herdeiros		3.051	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.612.858</b>	<b>1.444.781</b>

### 10.2.1. Postalís (PBD) – empregado e Postalís (BD) - empregador

A variação dessas rubricas justifica-se principalmente pela contribuição devida pelos assistidos do Plano Benefício Definido e pela Empresa, aprovada por meio do Plano de Equacionamento de Déficit, equivalente a 75% do abono anual (13º salário).

### 10.3. Convênio Postal Saúde

A Postal Saúde é a operadora dos planos de assistência médica/hospitalar e odontológica oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE		31/12/2024	31/12/2023
<b>A - Ativo</b>		<b>206</b>	<b>221.197</b>
Concessão de uso de espaço		112	106
Empregados liberados		94	91
Ressarcimento de Garantias	10.3.1	-	221.000
<b>B - Passivo</b>		<b>385.453</b>	<b>332.974</b>
Convênio CorreiosSaúde	10.3.2	348.543	297.805
Saúde ocupacional		36.910	35.169
<b>Saldo a receber/(pagar) (A-B)</b>		<b>(385.247)</b>	<b>(111.777)</b>

#### 10.3.1. Ressarcimento de garantias

A variação ativa desse grupo deve-se principalmente ao recebimento de R\$ 221.000 referente ao ressarcimento de garantias efetuado pela operadora de plano de saúde. Esse valor é decorrente da decisão da Empresa em manter a responsabilidade jurídica como Mantenedora do plano de saúde de seus empregados.

#### 10.3.2. Convênio CorreiosSaúde

A variação dessa rubrica deve-se à obrigação de repasse financeiro à Postal Saúde, referentes ao mês de dezembro/2024.

#### 10.4. Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante remanescente devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI) em 2017, 2021 e ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) em 2024.

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da Empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.156
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
<b>TOTAL – PDI 2017</b>				<b>8.004</b>
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.516
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.787
<b>TOTAL – PDI 2021</b>				<b>6.303</b>
PDV 2024	1º - Realizado em setembro de 2024	Incentivo Financeiro (IF) pago em parcela única ou em 12, 24, 48, 96 parcelas, de acordo com a opção do empregado	N/A	378
<b>TOTAL – PDV 2024</b>				<b>378</b>

As parcelas mensais serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses, exceto para o Incentivo Financeiro do PDV 2024 parcelado em 12 meses que será processado no mês subsequente ao de aniversário de pagamento da primeira parcela do IF, atualizado pelo IPCA do mês anterior.

##### 10.4.1. Evento subsequente

As adesões ao PDV/2024 foram reabertas em janeiro de 2025, com as mesmas regras de elegibilidade e incentivo financeiro adotadas no primeiro ciclo. Os desligamentos dos empregados inscritos e elegíveis ocorrerá em data a ser definida pela Empresa.

##### 10.4.2. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12 (R1), ratificado pela resolução CVM nº 190/2023.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration*, com prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD.

##### 10.4.3. Movimentações – Incentivo Financeiro Diferido – IFD

As obrigações referentes ao PDI/PDV estão distribuídas conforme quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO	PDI 2017		PDI 2021		PDV 2024	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	307.441	490.312	416.635	517.147	-	-
Adição	-	13	-	976	36.379	-
Atualização	13.425	24.332	18.867	28.721	-	-
Apropriação AVP	67.686	59.680	12.070	8.572	(3.365)	-

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO	PDI 2017		PDI 2021		PDV 2024	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Amortização	(277.610)	(266.896)	(145.306)	(138.781)	(5.214)	-
<b>TOTAL</b>	<b>110.942</b>	<b>307.441</b>	<b>302.266</b>	<b>416.635</b>	<b>27.800</b>	<b>-</b>

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	251.713	330.812
Não circulante	189.295	393.264
<b>TOTAL</b>	<b>441.008</b>	<b>724.076</b>

## 10.5. Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores/mantenedores do Postalís e da Postal Saúde, que oferecem os planos de previdência complementar e saúde aos seus empregados, respectivamente.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa referem-se aos benefícios de aposentadoria complementar pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

### 10.5.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	NOTA	PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II		TOTAL	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo circulante</b>		<b>601.104</b>	<b>541.088</b>	<b>1.692</b>	<b>-</b>	<b>416.515</b>	<b>297.805</b>	<b>1.019.311</b>	<b>838.893</b>
Contribuição Extra Postalís Empregador		130.038	65.118	-	-	-	-	130.038	65.118
Convênio CorreiosSaúde	10.3	-	-	-	-	348.543	297.805	348.543	297.805
Deficit <sup>1</sup>		324.476	320.857	1.692	-	67.972	-	394.140	320.857
PED		146.590	155.113	-	-	-	-	146.590	155.113
<b>Passivo não circulante</b>		<b>7.200.656</b>	<b>7.123.809</b>	<b>22.790</b>	<b>28.789</b>	<b>1.852.942</b>	<b>349.238</b>	<b>9.076.388</b>	<b>7.501.836</b>
Deficit <sup>1</sup>		4.985.131	5.013.291	22.790	28.789	1.852.942	349.238	6.860.863	5.391.318
PED <sup>2</sup>		2.215.525	2.110.518	-	-	-	-	2.215.525	2.110.518
<b>TOTAL</b>		<b>7.801.760</b>	<b>7.664.897</b>	<b>24.482</b>	<b>28.789</b>	<b>2.269.457</b>	<b>647.043</b>	<b>10.095.699</b>	<b>8.340.729</b>
Contrato de dívida - atuarial		5.439.645	5.399.266	-	-	-	-	-	-
Contrato de dívida - financeira		2.422.927	2.323.750	-	-	-	-	-	-
AVP		(60.812)	(58.119)	-	-	-	-	-	-

<sup>1</sup> Trata-se da parcela do valor presente da obrigação atuarial líquida atribuída aos Correios.

<sup>2</sup> Plano de Equacionamento de Deficit

#### 10.5.1.1. Plano CorreiosSaúde I

O plano CorreiosSaúde I, destinado aos pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, tem suas despesas custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado.

#### 10.5.1.2. Plano CorreiosSaúde II

O plano CorreiosSaúde II, mantido pelos Correios, é destinado a seus colaboradores ativos, aposentados, dependentes e pensionistas. Os benefícios de assistência médica são gerenciados pela empresa Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios.

Trata-se de um plano na modalidade autogestão patrocinada, no qual os Correios figuram como mantenedor/patrocinador e, por conseguinte, assume os riscos decorrentes da operação do referido plano.

As coberturas do plano compreendem assistência ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica, com a cobertura de todas as doenças da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde, da

organização mundial da Saúde, em conformidade com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editado pela ANS e suas Diretrizes de Utilização (DUT), bem como as Diretrizes de Utilização dos Correios (DUC) para cobertura adicional, vigentes à época do evento.

O custeio se dá pelos Correios e pelos beneficiários, por meio do pagamento de mensalidades e de coparticipação sobre os procedimentos utilizados, com exceção de internações hospitalares. As mensalidades e coparticipação são rateadas entre os beneficiários e os Correios no percentual de 50% para cada uma das partes. Os beneficiários aposentados pagam integralmente suas mensalidades e coparticipação, inclusive de seus dependentes.

Todavia, foi registrada obrigação atuarial referente ao plano, em virtude do reestabelecimento do custeio paritário aos aposentados representados pelo Sintect/SP na ação civil coletiva 1001110-91.2021.5.02.0004 e da identificação de evidências atuariais sobre a existência de subsídio cruzado entre os beneficiários ativos e aposentados do CorreiosSaúde II.

Diante dessas alterações, a avaliação atuarial realizada ao término do exercício determinou o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.289.200. Em 2024 houve um aumento dessa obrigação decorrente da queda na participação dos empregados ativos no custeio do benefício dos aposentados (efeito do mutualismo) gerada, principalmente, pelo aumento do custo médio de saúde por idade, aumento do HCCTR (*Health Care Cost Trend Rate*), que corresponde a taxa média anual que reflete o aumento dos custos de saúde per capita a longo prazo, e pelas alterações na base de cálculo das mensalidades e percentual da coparticipação.

Está em análise pela Empresa a frequência com que os beneficiários deixam o plano ao aderirem aos Planos de Desligamento oferecidos pelos Correios, conforme os regulamentos estabelecidos. Essa avaliação impacta diretamente a estimativa da obrigação atuarial do plano, pois afeta tanto o número de benefícios a serem pagos quanto o volume de contribuições futuras.

#### 10.5.1.3. Plano PostalPrev

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

Para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria antecipada, aposentadoria normal, auxílio-doença, abono anual, pensão por morte, pecúlio por morte e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

#### 10.5.1.4. Plano de Benefício Definido - PBD



O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”.

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

#### 10.5.1.4.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre os Correios, Postalis e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), com validade até outubro/2025 foi segmentado em duas etapas: uma atinente ao plano de equacionamento do déficit (concluída) e outra relacionada à migração do PBD para um plano de contribuição definida (em andamento).

##### 10.5.1.4.1.1. Plano de Equacionamento de Déficit - PED

Conforme definido no PED, a parcela do déficit atribuída aos participantes ativos e assistidos foi equacionado com a alteração regulamentar, que implicou na redução de benefícios futuros. A contrapartida dos Correios que equivale a essa parcela do déficit será amortizada pelo sistema Price segundo os critérios estabelecidos no Contrato de Confissão de Dívida:

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA	Financeira	Atuarial	Total
Valor do contrato	2.422.927	5.439.645	7.862.572
Prazo	349 meses	Vitalício	
Atualização	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado para o mês anterior, e acrescido de uma taxa de juros de 4,8% a.a., já descontada a parcela efetivamente paga no respectivo mês.	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês imediatamente anterior, acrescido da taxa de juros real anual utilizada para fins de cálculos atuariais, e deduzido do valor da parcela mensal quitada no mês corrente.	

O cálculo atuarial do plano em 31/12/2024 considera os montantes referentes à dívida financeira e atuarial.

Na movimentação do passivo, foram registrados em outros resultados abrangentes a constituição da obrigação financeira do contrato de dívida bem como a reversão do custo do serviço passado, considerando que o plano estava saldado desde 2008 e que não ocorreu apropriação de custo do serviço corrente no resultado dos Correios desde a adoção inicial da norma CPC 33 (R1).

#### 10.5.2. Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos expõem tipicamente a Empresa a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de rotatividade. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

#### 10.5.3. Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios



PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos	73.686	75.931	39.544	41.196	843	983	69.963	71.430
Assistidos <sup>1</sup>	8.133	7.449	38.056	37.619	86	114	20.405	23.087
Dependentes	-	-	-	-	-	-	105.567	112.596
<b>TOTAL</b>	<b>81.819</b>	<b>83.380</b>	<b>77.700</b>	<b>78.815</b>	<b>929</b>	<b>1.097</b>	<b>195.935</b>	<b>207.113</b>

<sup>1</sup> Os assistidos do Plano CorreiosSaude I correspondem aos aposentados e pensionistas.

#### 10.5.4. Valor justo dos ativos dos planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO) <sup>1</sup>	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos	1.181.550	905.082	1.857.224	958.438	-	122.665
Créditos privados e depósitos	11.980	13.620	11.598	19.252	-	-
Ações	19.862	7.969	5.308	49.821	-	-
Fundos de investimentos	156.493	128.005	503.685	1.340.520	-	-
Empréstimos e financiamentos	146.160	86.656	319.677	275.580	-	-
Investimentos mobiliários	12.470	9.785	399.312	382.597	-	-
Depósito judicial	2.386	5	2.544	2.328	-	-
Precatórios	-	-	-	54.511	-	-
PED financeiro ECT e outros	-	36.941	2.355.665	2.412.136	-	(46.942)
<b>TOTAL</b>	<b>1.530.901</b>	<b>1.188.063</b>	<b>5.455.013</b>	<b>5.495.183</b>	<b>-</b>	<b>75.723</b>

<sup>1</sup>conforme relatório atuarial, inexistente valor de ativo justo para o plano CorreiosSaude I.

#### 10.5.5. Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

##### 10.5.5.1. Principais premissas

Para a avaliação atuarial de 31/12/2024 e 31/12/2023 foram estabelecidas as premissas atuariais descritas a seguir:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I e II <sup>1</sup>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>i) Financeiras</b>						
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,94%	9,79%	9,89%	9,77%	9,89%	9,77%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,33%	6,09%	6,27%	6,04%	6,27% <sup>2</sup>	6,04%
Projeção de aumento médio dos salários	6,76%	6,21%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,17%	3,63%	4,17%	3,63%	N/A	N/A

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSAÚDE I e II <sup>1</sup>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Projeção de aumento médio de mensalidades	N/A	N/A	N/A	N/A	5,18%	4,13%
Taxa de permanência ( <i>take-up</i> )	N/A	N/A	N/A	N/A	91,36%	98,38%
Taxa média de inflação anual	4,17%	3,63%	4,17%	3,63%	4,17%	3,63%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,949%	9,79%	9,89%	9,77%	9,89%	9,77%
Taxa de juros nominal no final do exercício	10,76%	9,94%	10,7%	9,89%	10,70%	9,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	10,76%	9,94%	10,7%	9,89%	10,70%	9,89%
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	5,18%	4,13%
<i>Aging Factor</i> (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,13%	2,21%
<b>II) Demográficas</b>						
Taxa de rotatividade	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade / sobrevivência de ativos	RP-2000 (M&F) (D7%)	RP-2000 (M&F) (D5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)
Tábua de mortalidade / sobrevivência de aposentados	RP-2000 Disabled (M&f)	RP-2000 Disabled (M&f)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)	BR-EMSsb-v 2021(M&F) (A5%)
Tábua de mortalidade / sobrevivência de inválidos	RP-2000 Disabled (M&f)	RP-2000 Disabled (M&f)	RP-2000 Disabled (M&F) (D45%)	RP-2000 Disabled (M&F) (D45%)	RP-2000 Disabled (M&f)	RP-2000 Disabled (M&f)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (D63%)	Light Forte (D65%)	Light Forte (D85%)	Light Forte (D85%)	Light Forte (D63%)	Light Forte (D65%)
<b>Idade de aposentadoria</b>	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019					
<b>Composição familiar</b>	Calculada com base nos dados de dependentes informada					

<sup>1</sup> Para os planos CorreiosSaúde I e CorreiosSaúde II foram adotadas as mesmas premissas atuariais considerando a similitude das populações envolvidas, conforme análise de aderência de hipóteses atuariais e da massa de participantes dos Correios, emitido pela consultoria Vesting. Exceto para Taxa de juros real de desconto atuarial anual, que para o CorreiosSaúde I foi de 6,27% e 6,04% para o CorreiosSaúde II.

#### 10.5.5.1.1. Taxa de juros real de desconto atuarial

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev e BD), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total.

Em relação ao plano CorreiosSaúde I e CorreiosSaúde II, a taxa de juros estabelecida foi a mesma aplicada para o plano BD.

##### 10.5.5.1.1.1. Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, e que, portanto, são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 059/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL <sup>1</sup>	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	TAXA	31/12/2024	TAXA	31/12/2024	TAXA	31/12/2024	TAXA
A - Obrigação apurada com base em títulos corporativos	856.919	6,33%	16.334.302	6,27%	24.482	6,27%	2.289.200	6,27%
B - Obrigação apurada com base em títulos públicos	822.502	7,68%	14.434.114	7,70%	21.354	7,70%	1.946.045	7,70%
<b>VARIAÇÃO (A-B)</b>	<b>34.417</b>	<b>4,02%</b>	<b>1.900.188</b>	<b>11,63%</b>	<b>3.128</b>	<b>12,78%</b>	<b>343.155</b>	<b>15,22%</b>

<sup>1</sup> Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial total (Nota 10.5.5.2).

Como pode ser observado, em 2024, o valor presente da obrigação atuarial dos planos, calculado com base nas taxas de títulos públicos, foi inferior ao valor determinado com base em títulos corporativos e utilizado para o registro nos Correios. Isso ocorre porque as taxas de títulos públicos tendem a ser mais voláteis, em função da sensibilidade a mudanças econômicas e políticas, enquanto as taxas de títulos corporativos são mais afetadas pela saúde financeira das empresas emissoras e pelo risco de crédito associado a elas.

#### 10.5.5.2. Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente da obrigação atuarial	(800.893)	(792.612)	(16.293.715)	(17.493.673)	(28.789)	(28.789)	(1.998.808)	(1.966.815)
Custo dos juros	(67.796)	(74.808)	(1.504.070)	(1.608.336)	(3.064)	-	(158.471)	(141.177)
Custo do serviço corrente	(4.524)	(4.005)	-	-	(518)	-	(55.874)	(70.140)
Benefícios pagos pelo plano	34.437	26.882	1.074.898	1.047.699	-	-	612.229	586.654
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais, sem a variação do efeito do mutualismo	(18.143)	43.650	388.585	415.538	4.308	-	(456.425)	(173.886)
Adoção prospectiva da obrigação atuarial do benefício saúde	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão do custo do serviço passado - adoção inicial	-	-	-	1.345.057	-	-	-	-
Contribuição do Patrocinador	-	-	-	-	3.581	-	-	-
Contribuições de assistidos	-	-	-	-	-	-	(231.851)	(233.444)

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(856.919)	(800.893)	(16.334.302)	(16.293.715)	(24.482)	(28.789)	(2.289.200)	(1.998.808)

#### 10.5.5.3. Status dos planos e ativo/passivo reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/PASSIVO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente da obrigação atuarial	(856.919)	(800.893)	(16.334.302)	(16.293.715)	(24.481)	(24.481)	(2.289.200)	(1.998.808)
Valor justo dos ativos	1.530.901	1.188.063	5.455.013	5.495.183	-	-	-	75.723
Valor presente da obrigação atuarial líquida	673.982	387.170	(10.879.289)	(10.798.532)	(24.481)	(24.481)	(2.289.200)	(1.923.085)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes)	-	-	5.439.645	5.399.266	-	-	-	-
Efeito do mutualismo	-	-	-	-	-	-	19.742	1.276.042
Superávit/(Déficit) do plano	(673.982)	(387.170)	(5.439.645)	(5.399.266)	(24.481)	(24.481)	(2.269.458)	(647.043)
Contrato financeiro PED - Correios	-	-	(2.422.927)	(2.323.750)	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.862.572)</b>	<b>(7.723.016)</b>	<b>(24.481)</b>	<b>(24.481)</b>	<b>(2.269.458)</b>	<b>(647.043)</b>

#### 10.5.5.4. Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(7.723.016)	(7.150.603)	(28.789)	-	(647.043)	(816.981)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	6.036	5.345	436.319	372.455	3.582	-	329.740	353.210
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	1.511	1.340	(495.815)	(664.668)	(3.581)	-	(214.345)	(211.317)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(7.547)	(6.685)	19.117	(280.200)	4.307	(28.789)	(481.509)	(28.789)
Repasse financeiro - mutualismo	-	-	-	-	-	-	(1.256.301)	-
Pagamentos - PED financeiro	-	-	137.703	-	-	-	-	-
Juros - PED financeiro	-	-	(236.880)	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.862.572)</b>	<b>(7.723.016)</b>	<b>(24.481)</b>	<b>(28.789)</b>	<b>(2.269.458)</b>	<b>(647.043)</b>

### 10.5.5. Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo do serviço corrente líquido	1.512	1.340	-	-	(55.874)	(55.469)
Custo do serviço corrente	(4.524)	(4.005)	-	-	(55.874)	(55.469)
Contribuição dos participantes	6.036	5.345	-	-	-	-
Juros líquidos	-	-	(495.815)	(664.668)	(158.471)	(155.848)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(67.796)	(74.808)	(1.504.070)	(1.608.336)	(179.513)	(155.848)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	116.426	108.783	512.440	279.001	21.042	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(48.630)	(33.975)	495.815	664.667	-	-
<b>VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.512</b>	<b>1.340</b>	<b>(495.815)</b>	<b>(664.668)</b>	<b>(214.345)</b>	<b>(211.317)</b>

### 10.5.5.6. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	248.778	(29.781)	(350.351)	2.755	-	-	75.723	(74.089)
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	(18.143)	43.650	388.585	415.538	4.307	-	(464.397)	102.134
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/	(9.022)	(14.201)	38.276	(77.335)	38	-	4.505	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	8.485	8.622	348.295	295.987	578	-	58.866	40.106
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	(17.606)	49.229	2.014	196.886	5.932	-	(370.695)	62.028
Ganhos/(perdas) resultantes de alteração no crescimento dos custos médios	-	-	-	-	(2.241)	-	(157.073)	-
Reversão do custo do serviço passado - adoção inicial	-	-	-	1.345.057	-	-	-	-
Registro inicial da obrigação	-	-	-	-	-	(28.789)	-	-
Mudança do teto do ativo	(238.182)	(20.554)	-	-	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	(19.117)	(2.043.550)	-	-	-	-
<b>VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>(7.547)</b>	<b>(6.685)</b>	<b>19.117</b>	<b>(280.200)</b>	<b>4.307</b>	<b>(28.789)</b>	<b>(388.674)</b>	<b>28.045</b>

### 10.5.5.7. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/ HCCTR		TAKE UP	
	-0,25%	0,25%	SUAUZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	0,25%	-1,00%	1,00%
PostalPrev	(8.856)	8.040	(1.054)	693	1.338	(1.363)	N/A	N/A
PBD	(379.211)	364.030	(315.300)	293.462	N/A	N/A	N/A	N/A

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/ HCCTR		TAKE UP	
	-0,25%	0,25%	SUAUZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	0,25%	-1,00%	1,00%
CorreiosSaúde I	(631)	603	(1.996)	1.709	598	(648)	145	(146)
CorreiosSaúde II	(70.615)	67.494	(235.059)	200.523	61.066	(78.289)	15.909	(15.908)

PARÂMETROS	31/12/2024
PostalPrev	(856.919)
PBD	(16.334.302)
CorreiosSaúde I	(24.481)
CorreiosSaúde II	(2.289.200)

#### 10.5.5.8. Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE I	CORREIOSSAÚDE II
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Até 1 ano	54.179	1.302.688	1.641	90.650
De 1 ano até 2 anos	52.119	1.225.869	1.503	88.532
De 2 anos até 5 anos	142.955	3.256.969	4.261	281.601
Acima de 5 anos	607.666	10.548.776	17.076	1.828.417
<b>TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>856.919</b>	<b>16.334.302</b>	<b>24.481</b>	<b>2.289.200</b>

#### 10.5.6. Obrigação atuarial dos Correios/Postalis

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalis ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC. A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2024, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalis:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	6,27%	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	BR-EM5sb-v.2021 (M&F) (A5%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (D85%)	Light Média (D75%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled (M&F) (D45%)	AT-49 M (A25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	4,17%	3,68% ao ano
Fator de Capacidade (Inflação de Longo Prazo)	98,38%	98,00%
Idade de Aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	Entre 24 e 25 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno 22 meses
Rotatividade Anual (percentual)	2,88%	2,88% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade
Composição Familiar dos Participantes Ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Família padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da avaliação atuarial
Composição Familiar dos Participantes Assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS (PREVIC)	31/12/2024	31/12/2023
A - Correios	(7.862.572)	(7.664.897)
B - AVP	60.812	67.215
C - Valor Líquido (A +B)	(7.801.760)	(7.597.682)
D - Postalis	(7.898.326)	(7.744.112)
<b>DIFERENÇA (D - C)</b>	<b>(96.566)</b>	<b>(146.430)</b>

Em um cenário de equacionamento o valor a ser desembolsado pelos Correios será o apurado pelo Instituto, que em 2024 demonstra-se superior em R\$ 96.566 quando comparado ao passivo registrado na Empresa - em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

## 11. TRIBUTOS

### 11.1. Identidade tributária

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - foi instituída pelo Decreto-Lei nº 509/1969, com regime jurídico equiparado à Fazenda Pública em virtude de atuar sob regime de exclusividade na prestação de serviços públicos essenciais de competência da União relacionados à atividade postal e de correio aéreo nacional, nos termos do art. 21, X, da CF/1988.

Assim, os Correios são uma extensão da União e os serviços prestados por ela estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca. Além disso, as demais atividades econômicas exercidas pela Empresa existem para custear o desempenho daquela sob reserva constitucional de serviços exclusivos. Assim, em aderência à Constituição Federal, a renda, o patrimônio e seus serviços prestados são imunes a todos os impostos (federais, estaduais ou municipais).

Apesar disso, a imunidade tributária foi sendo reconhecida ao longo dos anos por meio de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) que culminou com a inserção expressa dos Correios na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023,

Dessa maneira, diante da inserção textual de empresa pública prestadora de serviço postal como entidade imune a impostos na Constituição da República Federativa do Brasil, a imunidade tributária a impostos dos Correios está pacificada e consolidada. Situação que trouxe estabilidade aos processos tributários da Correios, afastando definitivamente qualquer conflito de interpretação administrativa e judicial pelos Entes da Federação.

Com isso, foi possível avançar na resolução de litígios administrativos e judiciais com os fiscos (municipal, estadual e federal) referentes aos processos tributários e, em especial, aos pedidos de indébito tributário. Nesse ponto, merece destaque o acordo firmado entre os Correios e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no valor de R\$ 638.259 mil. Esse processo originou-se no pedido de indébito tributário de recolhimento indevido de PIS e COFINS, cuja apuração no período de 2012 a 2017 ocorreu pelo regime não cumulativo, em razão da identidade tributária, à época, não estar consolidada.

Essa ação teve decisão favorável em primeira instância da Justiça Federal em dezembro 2024. Essa situação, combinada com a imunidade tributária inserida no texto constitucional, possibilitou a celebração de um acordo entre os Correios e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em março de 2025.

Da mesma forma, em âmbito administrativo, outros processos de indébitos tributário tiveram resolução exitosa em 2024. Em âmbito federal, o montante de R\$ 324.150 mil de imposto de renda foi compensado. Na seara estadual, R\$ 7.640 mil foram deferidos pelos Estados do Rio Grande do Sul/RS e do Espírito Santo/ES.

Além disso, com a promulgação da EC n.º 132/2023 que trouxe a consolidação da imunidade tributária, haverá economia aos Correios a partir de 2027, visto que a imunidade dos Correios será também aplicada à Contribuição de Bens e Serviço – CBS -, que absorverá a PIS e a COFINS, contribuições pagas atualmente e que deixarão de existir.

### 11.2. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA			OUTROS CRÉDITOS A COMPENSAR		TOTAL
	IR	PIS/COFINS	DEMAIS IMPOSTOS	BANCO POSTAL/OUTROS	RETENÇÕES FONTE	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.079.637</b>	-	<b>262.929</b>	<b>369.893</b>	<b>94.643</b>	<b>1.807.102</b>
Valor Original	-	508.619	5.001	-	6.976	520.596
Reclassificação	-	-	(28.718)	(21.153)	-	(49.871)
Baixa/Reversões	(245.972)	-	-	(729)	-	(246.701)
Juros Selic	40.071	129.640	22.156	18.222	1.893	211.982

TRIBUTOS A COMPENSAR	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA			OUTROS CRÉDITOS A COMPENSAR		TOTAL
	IR	PIS/COFINS	DEMAIS IMPOSTOS	BANCO POSTAL/OUTROS	RETENÇÕES FONTE	
Compensação	(324.149)	-	-	(7.131)	(85.351)	(416.631)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>549.587</b>	<b>638.259</b>	<b>261.368</b>	<b>359.102</b>	<b>18.161</b>	<b>1.826.477</b>
Pedidos deferidos	-	638.259	-	14.182	18.161	670.602
Pedidos Aguardando Análise SRF	470.714	-	-	-	-	470.714
Pedidos aguardando julgamento	78.873	-	261.368	344.920	-	685.161

TRIBUTOS, IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		<b>18.161</b>	<b>119.996</b>
Imunidade Tributária - IR		-	25.353
Retenções na fonte e encargos sociais a compensar	11.2.2.2	18.161	94.643
<b>Não circulante</b>		<b>1.808.316</b>	<b>1.687.106</b>
Imunidade tributária		1.449.214	1.317.213
Banco Postal e Outros		359.102	369.893
<b>TOTAL</b>		<b>1.826.477</b>	<b>1.807.102</b>

## 11.2.1. Imunidade tributária

### 11.2.1.1. Imposto de renda e PIS/COFINS

O saldo inicial de R\$ 1.079.637 correspondia ao montante de 12 (doze) pedidos de restituição do Imposto de Renda, pleiteados em âmbito administrativo, relativo à imunidade tributária.

Dentre esses pedidos de restituição, 3 (três) deles foram julgados favoravelmente aos Correios, os quais passaram a ser compensados com débitos de PIS/COFINS sobre o faturamento no ano de 2024. Desses processos, o montante utilizado nas compensações tributárias foi de R\$ 324.150, tendo sido utilizado todo o saldo.

Um dos pedidos de restituição foi desreconhecido em 2024, em função do seu indeferimento pelo Conselho Superior de Recursos Fiscais - CSRF, no valor de R\$ 245.972. Inicialmente, esse pedido estava reconhecido como ativo devido à sua natureza de recebimento líquido e certo. Todavia, em função do resultado do julgamento, esse crédito passou a ser considerado ativo contingente de ganho possível, conforme classificação de êxito dos consultores jurídicos de forma a atender os critérios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Desses pedidos, 7 (sete) processos de restituição, no valor de R\$ 470.714, também já foram julgados favoráveis pelo CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 2023 e direcionados à Receita Federal para homologação do crédito. Por fim, resta um pedido de restituição (10166.731306/2016-48), aguardando julgamento pelo CARF no valor de R\$ 78.873.

Nesse contexto, em razão da imunidade tributária, desde o exercício de 2016, a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo em observância da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003 em seus artigos 8º e 10º respectivamente.

Em 2024, os Correios reconheceram em seu patrimônio os efeitos do indébito tributário decorrente do pagamento indevido de PIS e COFINS sob o regime não cumulativo no período de julho de 2012 a junho de 2017, no montante de R\$ 638.259 milhões. O fundamento jurídico para o pleito baseou-se na imunidade tributária recíproca da estatal, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reforçado pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que incluiu expressamente os Correios no §2º do artigo 150 da Constituição Federal.

O reconhecimento desse crédito resulta de uma ação judicial ajuizada em 2019, na qual os Correios contestaram a aplicação do regime não cumulativo sobre as receitas concorrenciais da empresa em razão da imunidade tributária, visto que a apuração do PIS e da COFINS deveria ocorrer exclusivamente pelo regime cumulativo, conforme disposto nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003. A ação teve decisão favorável em primeira instância da Justiça Federal em 2024, o que culminou na celebração de um acordo entre os Correios e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em março de 2025. Esse acordo garantiu o reconhecimento do crédito, encerrando essa disputa tributária.

Com a formalização do acordo judicial, a recuperação do crédito passou a ser classificada como praticamente certa, conforme avaliação dos consultores jurídicos externos e seguindo os critérios do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, o crédito foi reconhecido no ativo da estatal, deixando de ser apenas objeto de divulgação em notas explicativas.

### 11.2.1.2. Demais Impostos

Refere-se aos débitos tributários relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente sobre as operações dos Correios e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de câmbio, empréstimos e receitas financeiras, recolhidos entre 2019 e 2023. Esses valores foram objeto de pedido de restituição administrativa, fundamentado no reconhecimento da imunidade tributária ampla da estatal no exercício de 2023, incluindo as respectivas atualizações monetárias.

Atualmente, o saldo atualizado pela SELIC desses pedidos de restituição totaliza R\$ 261.368, estando os processos pendentes de julgamento na esfera administrativa.

### 11.2.2. Outros Créditos a compensar

#### 11.2.2.1. Outros Pedidos de restituição e Banco Postal

Os pedidos de restituição de tributos referem-se a valores de tributos federais retidos na fonte, remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A que encontram-se pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), além de processos protocolizados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), relacionados ao Imposto de Renda (IR) e à Contribuição Previdenciária (INSS). Esses processos aguardam análise na esfera administrativa e estão distribuídos entre as Delegacias de Julgamento (DRJ) e o CARF.

O pedido de restituição do INSS já foi julgado favoravelmente, resultando em um crédito de R\$ 14.182, restando apenas a finalização do caso por meio de compensação administrativa.

Além disso, em 2024, houve a utilização de créditos provenientes de pedido de restituição da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao ano-calendário de 2009, os quais foram reconhecidos favoravelmente aos Correios e compensados com débitos de PIS/COFINS sobre o faturamento, no montante de R\$ 7.131.

#### 11.2.2.2. Retenção na Fonte

Este grupo corresponde a valores de tributos, encargos sociais e outros montantes recolhidos ou antecipados ao fisco, que serão utilizados no exercício seguinte na forma de saldos negativos, bem como valores a serem compensados ou deduzidos dos tributos a pagar.

O principal tributo a compensar dentro desse grupo é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) retida na fonte, que representa R\$ 15.468 do total de R\$ 18.161.

A redução do saldo desse grupo em comparação ao ano anterior é devida a cessação de retenções na fonte do Imposto de Renda pelos clientes órgãos públicos sobre o faturamento da Empresa.

### 11.3. Tributos sobre o lucro

Em 2024, a Empresa apresentou base negativa de CSLL, não gerando, portanto, despesa corrente relacionada a esse tributo. No entanto, foi reconhecido tributo diferido no montante de R\$ 186.845, composto, em sua maior parte, pela constituição de ativos fiscais diferidos sobre a base negativa do exercício.

Além disso, em 2024, houve a reversão de ativos fiscais diferidos relacionados a movimentações temporárias, bem como o reconhecimento de um montante menor referente à constituição de passivos fiscais diferidos sobre depreciação societária, conforme detalhado na Nota 11.3.2.

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da CSLL		(2.778.093)	(723.633)
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)		(250.028)	(65.127)
Efeitos sobre as diferenças permanentes (9%)		(4.470)	(18.129)
Efeitos sobre as diferenças temporárias (9%)		(47.226)	66
Sobre Provisões/Reversões		(37.736)	12.322
Sobre Valor justo e Custo Atribuído Lei 12.973/2014		4.497	(6.906)
Sobre Ajustes Depreciação da Lei 12.973/2014		(13.987)	(5.350)
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal (9%)		(301.724)	(83.190)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL		-	-

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
CSLL corrente		-	-
CSLL diferida		186.845	90.124
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014		(13.987)	(5.350)
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	11.3.2	238.697	83.189
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	11.3.2	(37.865)	12.285
<b>TOTAL</b>		<b>186.845</b>	<b>90.124</b>

### 11.3.1. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

Em vista da base negativa apurada no ano calendário de 2024, não houve a geração de despesa corrente de CSLL.

### 11.3.2. Tributos diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

No Patrimônio Líquido, a CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), aprovado pela Resolução CVM N° 106/2022, que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022 – Tributos sobre o lucro. No quadro abaixo apresenta-se o detalhamento da movimentação e no quadro seguinte apresenta-se os saldos:

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2024		31/12/2023	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO REAPRESENTADO	PASSIVO
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.273.988</b>	<b>453.478</b>	<b>1.182.781</b>	<b>446.767</b>
A – Tributos diferidos - DRE	200.832	13.987	95.474	5.350
Diferença Depreciação Societária x Fiscal	-	13.987	-	5.350
Impairment - imóveis	-	-	-	-
Provisões e PECLD	(37.865)	-	12.285	-
Bases negativas de CSLL	238.697	-	83.189	-
B - Outros Resultados Abrangentes - ORA	139.343	(98)	(4.266)	(83)
Benefício pós-emprego	139.343	-	(4.187)	-
Valor justo - aplicações VJORA	-	2	(80)	(168)
Ganho – propriedade para investimento	-	(100)	-	85
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	(943)	-	1.444
Custo atribuído	-	(943)	-	1.444
D – Mov.Apuração Resultado do Exercício - ARE	-	-	-	-
Perdas a valor justo –Prop. Investimento	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.614.163</b>	<b>466.424</b>	<b>1.273.988</b>	<b>453.478</b>

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2024		31/12/2023	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO REAPRESENTADO	PASSIVO
Sobre Mov. Temporária - DRE	470.019	-	507.884	-
Sobre Base Negativa CSLL- DRE	411.070	-	172.373	-
Ajuste Depreciação Fiscal x Societária -DRE	-	79.341	-	65.354
<b>A – Tributos diferidos - DRE</b>	<b>881.089</b>	<b>79.341</b>	<b>680.257</b>	<b>65.354</b>
Sobre Outros Resultados Abrangentes - ORA	732.871	-	593.528	-
Sobre Apuração do Resultado do Exercício - ARE	203	-	203	-

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2024		31/12/2023	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO REAPRESENTADO	PASSIVO
Sobre Custo Atribuído - AAP/PL	-	341.643	-	342.586
Sobre Valor Justo dos Investimento- VJORA-PL	-	45.440	-	45.537
<b>B – Tributos diferidos - PL</b>	<b>733.074</b>	<b>387.083</b>	<b>593.731</b>	<b>388.123</b>
<b>TOTAL (A) + (B)</b>	<b>1.614.163</b>	<b>466.424</b>	<b>1.273.988</b>	<b>453.478</b>

### 11.3.2.1. Estimativa de lucro tributável futuro

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão de que lucros tributáveis não estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido venha a ser utilizado.

Os Correios, com base nessas estimativas, trazidos a valor presente, projetam que os créditos tributários ativos de CSLL, calculados a partir das movimentações temporárias e das bases negativas de CSLL, serão realizados em até 10 anos, conforme demonstrado a seguir.

ESTIMATIVA DE LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	REALIZAÇÃO DA CSLL (9% DO LUCRO FISCAL)
2025	(363.076)	(32.677)
2026	999.103	89.919
2027	1.281.632	115.347
2028	1.665.569	149.901
2029	1.685.405	151.686
2030	1.553.302	139.797
2031	1.228.248	110.542
2032	852.894	76.760
2033	503.962	45.357
2034	382.840	34.457
<b>TOTAL</b>	<b>9.789.879</b>	<b>881.089</b>

### 11.4. Impostos e contribuições a recolher

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, das contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, da CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2024	31/12/2023
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	55.824	76.821
COFINS	34.126	36.854
Salários e Contribuições	100.303	91.611
ICMS	112.872	174.007
PIS	7.394	7.985
Demais impostos Retidos	21.639	20.159
<b>TOTAL</b>	<b>332.158</b>	<b>407.437</b>

## 12. PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

PROCESSOS JUDICIAIS	PRECATÓRIOS		CONTINGÊNCIAS		TOTAL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	527.442	235.429	-	-	527.442	235.429
Não Circulante	118.405	81.832	2.721.531	3.091.024	2.839.936	3.172.856
<b>TOTAL</b>	<b>645.847</b>	<b>317.261</b>	<b>2.721.531</b>	<b>3.091.024</b>	<b>3.367.378</b>	<b>3.408.285</b>

## 12.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024 essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO
Trabalhista	1.966.612	2.256.439
Fiscal	240.947	209.357
Cível	513.972	625.227
<b>TOTAL</b>	<b>2.721.531</b>	<b>3.091.023</b>

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2024	31/12/2023 REPRESENTADO
Saldo inicial	3.091.023	3.154.546
Reversão <sup>1</sup> /Conversão em RPV e Precatórios	(1.165.428)	(1.511.633)
Adição	625.375	1.324.702
Atualização	170.561	123.408
<b>TOTAL</b>	<b>2.721.531</b>	<b>3.091.023</b>

<sup>1</sup> Refere-se às reversões e à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

Os principais processos com risco de perda provável em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	DETALHAMENTO DO OBJETO	FASE ATUAL	31/12/2024
SECRETARIA ESTADIAL DE MG	Fiscal	ICMS - Obrigações acessórias - multa	Em execução	176.821
SINTECT/GO	Trabalhista	PCCS/95 (ação coletiva)	Em execução	53.360
SINTECT/RS	Cível	Reintegração (ação Coletiva)	Em execução	44.876
SINTECET/Rib. Preto	Trabalhista	Vale Alimentação / Refeição	Em execução	40.238
SINCOM/PR	Trabalhista	Diárias de Viagem	Em execução	34.309

AUTOR	NATUREZA	DETALHAMENTO DO OBJETO	FASE ATUAL	31/12/2024
PASTA INDIVIDUAL/COLETIVA	Trabalhista	Reintegração (ação Coletiva)	Em execução	30.814
SINTECT/CE	Trabalhista	URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	Em execução	23.798
TICKET COM. SERVIÇO e ADM.	Cível	Correção Monetária	Em execução	20.868
BANCO DO BRASIL	Cível	Banco Postal	Sentença Arbitral prolatada	19.316
BANCO DO BRASIL	Cível	Banco Postal	Concluso para decisão.	18.945

## 12.2. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos recursais administrativos	84.081	81.019
Depósitos recursais	2.118	14.407
Penhora de numerários	10.675	11.617
Depósitos judiciais	4.105	7.445
<b>TOTAL</b>	<b>100.979</b>	<b>114.488</b>

O valor de R\$ 84.081 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 2.118 e R\$ 4.105 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu e o montante de R\$ 10.675 estão relacionados às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária.

## 12.3. Depósitos recursais

Os depósitos recursais apresentaram uma redução devido ao aprimoramento dos controles internos, visando garantir que apenas os registros de depósitos recursais cujos processos estejam na situação de ativo na área jurídica e constem no extrato bancário de depósitos recursais disponibilizado pela instituição bancária sejam reconhecidos na contabilidade. Após a revisão desse processo, os valores com características de ativo contingente foram desreconhecidos.

## 12.4. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2024, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 32.922 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PERDA POSSÍVEL	31/12/2024		31/12/2023	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	24.347	1.646.230	23.417	3.367.528
Cível	7.829	1.378.838	7.854	1.235.651
Fiscal	745	211.368	740	186.105
Criminal	1	6	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>32.922</b>	<b>3.236.442</b>	<b>32.011</b>	<b>4.789.284</b>

A redução ocorrida deve-se principalmente pela alteração do risco processual relativo à ação trabalhista relacionada ao Plano de Previdência Complementar, de perda possível para perda remota em decorrência de decisão favorável aos Correios, proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho.

## 12.5. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	317.261	211.893
Adição	1.104.728	602.159
Atualização	27.934	27.288
Pagamento	(804.076)	(524.079)
<b>TOTAL</b>	<b>645.847</b>	<b>317.261</b>
Circulante	527.442	235.429
Não circulante	118.405	81.832

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Os Correios realizaram no mês de dezembro/24, a contratação de operações de crédito para capital de giro junto ao Banco ABC e ao Banco Daycoval, por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB), com carência de seis meses para início da amortização do valor principal e dos juros.

A seguir é apresentada a movimentação de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO ABC	BANCO DAYCOVAL
Valor da operação	R\$ 250.000	R\$ 300.000
Data da emissão	18/12/2024	06/12/2024
Vencimento final	18/12/2025	28/11/2025
Remuneração	CDI + 1,80% a.a.	CDI + 3,296% a.a.
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro de 2025	Mensal a partir de julho de 2025
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	37.495	31.469
Amortizações	06 parcelas mensais a partir de 18/07/2025	6 parcelas mensais a partir de 06/07/2025
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

<sup>1</sup> Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BANCO ABC		BANCO DAYCOVAL		TOTAL	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Adições	250.000	-	300.000	-	550.000	-
Encargos financeiros	31.469	-	37.495	-	68.964	-
(-) Encargos financ. a transcorrer	(31.469)	-	(37.495)	-	(68.964)	-
<b>TOTAL</b>	<b>250.000</b>	<b>-</b>	<b>300.000</b>	<b>-</b>	<b>550.000</b>	<b>-</b>

#### 13.1. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2025, a Empresa recebeu a visita da comitiva internacional do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), também conhecido como “Bando do BRICS”, para avançar nas tratativas do financiamento internacional do Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios, autorizado pela Comissão de Financiamento Externo – COFIEX em 2024. O investimento previsto é de R\$ 4,3 Bi (€ 717 milhões) ao longo de cinco anos e viabilizará o financiamento de projetos voltados à descarbonização com a transição para alternativas de energia renovável; otimização das operações logísticas por meio da modernização de instalações, automação de processos e construção de novos centros logísticos; transformação digital com a adoção de inteligência artificial, automação avançada e digitalização; e capacitação institucional e gestão de projetos.

#### 14. RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		388.003	247.801

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	14.1	340.790	196.473
Receitas a apropriar		33.792	31.334
Aluguel de caixas postais		10.685	11.712
Faturamento por estimativa		2.707	8.252
Demais adiantamentos		29	30
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>87.296</b>	<b>43.580</b>
Receitas a apropriar	14.2	87.296	43.580
<b>TOTAL</b>		<b>475.299</b>	<b>291.381</b>

#### 14.1. Adiantamento de Clientes

A variação do período deve-se principalmente pela antecipação tributária de aproximadamente R\$ 200 milhões, efetuadas por clientes contratantes dos serviços de entrega de encomendas provenientes de compras internacionais, para posterior recolhimento

#### 14.2. Receita a apropriar

Representa, majoritariamente, os valores recebidos antecipadamente da contratante Companhia de Seguros Previdência do Sul – PREVISUL, referentes ao Valor de Acesso ao Negócio (VAN), face ao contrato de representação para venda de produtos de seguros, tendo os Correios como contratada e representante da referida Companhia.

O reconhecimento diferido dessa receita está aderente ao CPC 47 – Receitas, e será realizado na medida em que os serviços serão disponibilizados à Contratante, pois os Correios deverão demonstrar cumpridas suas obrigações para com a PREVISUL durante o período de vigência do Contrato, conforme cláusulas contidas no Instrumento Contratual.

### 15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/2024	31/12/2023
Recebimento de imposto de importação	87.558	57.946
Recebimento para o Postalís	27.780	24.564
Emissão de vale postal nacional	2.017	1.420
Outros recebimentos/arrecadações	261	292
<b>TOTAL</b>	<b>117.616</b>	<b>84.222</b>

### 16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Representam as demais rubricas não especificadas no Balanço Patrimonial.

#### 16.1. Ativo circulante e não circulante

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante - Outros valores e bens</b>		<b>167.108</b>	<b>477.626</b>
Convênio Postal Saúde	10.3	206	221.197
Adiantamento de pessoal	10.1	98.872	44.214
Impostos e encargos sociais a compensar	11.2	18.161	119.996
Float bancário – faturamento		5.409	26.404
Bens sucateados		4.097	12.343
Cobrança Jurídica	16.1.1	1.234	26.198
Despesa Antecipada de Empréstimo		9.020	-
Demais créditos		30.109	27.274
<b>Ativo não circulante - Outros</b>		<b>36.499</b>	<b>3.635</b>
Débitos de ex-empregados		641	14
Acordos jurídicos e parcelamentos		1.826	3.419
Outros débitos de empregados		44	3
Faturas em processo de apuração		1.195	199
Cobrança Jurídica		32.793	-

### 16.1.1. Cobrança Jurídica

A elevação do saldo de Cobrança Jurídica ocorreu principalmente pela reclassificação de curto para longo prazo e pelas reversões apontadas nos estudos de reconhecimento das cobranças

### 16.2. Passivo circulante e não circulante

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo circulante - Outros débitos</b>	<b>36.666</b>	<b>36.797</b>
Apuração da venda de ativo fixo	13.309	13.835
Caução de fornecedores	15.038	9.624
Convênio SESI/SENAI	5.208	5.615
Honorários de sucumbência e demais credores	1.517	6.178
Prestação de contas AGF/ACF	1.594	1.545
<b>Passivo não circulante - Outros débitos</b>	<b>3.773</b>	<b>3.548</b>
Honorários de sucumbência	3.773	3.548

## 17. INVESTIMENTOS

Representados por propriedades para investimento, mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital, e pelo museu dos correios, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2024	31/12/2023
Propriedades para Investimento	1.438.972	1.527.300
Museu	986	987
<b>Total</b>	<b>1.439.958</b>	<b>1.528.287</b>

### 17.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

Anualmente, os Correios contratam avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo dos imóveis sendo ganhos e perdas lançados em contrapartida ao resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

A definição do valor justo destes imóveis tem como base o valor de mercado do imóvel, ou seja, o valor que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Quando a situação de ocupação do imóvel é alterada ensejando na sua reclassificação do ativo imobilizado para a propriedade para investimento, o imóvel é submetido a avaliação a fim de estabelecer o seu valor justo. Nestes casos, eventuais perdas ou reversões de perdas apuradas com base no laudo de avaliação são lançadas em contrapartidas ao ajuste de avaliação patrimonial se houver custo atribuído ajustando o valor do imóvel ou em lucros acumulados na ausência deste e ganhos remanescentes lançados em contrapartida a outros resultados abrangente.

Os lucros ou prejuízos apurados na alienação dos imóveis são reconhecidos no resultado, sendo que quando há diferenças apuradas entre o resultado societário e fiscal, os eventuais ganhos mensurados na base fiscal provenientes do reconhecimento de custo atribuído ou ganho a valor justo são ofertados ao fisco para fins de cálculo dos tributos sobre o ganho de capital na venda do imóvel.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	IMÓVEIS	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.527.300	1.496.063
Variação a valor justo - resultado	(75.045)	71.521
Ganho	49.990	157.060
Perda	(125.035)	(85.539)
Baixas	(10.382)	(6.202)
Transferências	(1.791)	(35.143)
Adoção inicial - ORA	(1.110)	1.061
Ganho	1.292	6.345
Perda/Realização - venda	(2.402)	(5.284)
<b>Saldo final</b>	<b>1.438.972</b>	<b>1.527.300</b>
Total bruto	1.456.511	1.546.139

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	IMÓVEIS	
	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação acumulada	(17.539)	(18.839)

A variação negativa dessa conta deve-se principalmente ao reconhecimento de laudos de avaliação que ocasionaram a retração de aproximadamente R\$ 75 milhões.

## 17.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico que, em 31/12/2024, correspondiam a R\$ 986.

## 18. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	2,3	43,5
Máquinas e equipamentos	7,7	13
Móveis e utensílios	6,7	15
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	7,1	10,9
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	9,8	10,2
Demais equipamentos de processamento de dados	10	10
Veículos motorizados pesados	4	13,1
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	5,4	6
Computador e impressora	25	4
Motocicletas	6,8	3
Veículos não motorizados	20	5
Ferramentas e instrumentos	20	5
Smartphone	40	2,5

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

IMOBILIZADO	Nota	Imóveis	Móveis
Imóveis	18.2	4.077.889	4.000.631
Móveis	18.2	2.651.505	2.263.394
Arrendamento	18.3	1.791.357	1.660.169
<b>TOTAL</b>		<b>8.520.751</b>	<b>7.924.194</b>

### 18.1. Avaliação ao valor recuperável

A carteira imobiliária, que em 31/12/2024 contava com 2.079 imóveis em uso pela Empresa e classificados no imobilizado, é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicadores de perdas, garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

Durante os intervalos do quinquênio as avaliações são realizadas nos imóveis com perdas prévias e onde haja indicadores de variação no valor da propriedade. Os indicadores de valorização/desvalorização têm como base um composto de índices de mercado. As condições do imóvel também são consideradas por meio da verificação de fatores internos, tais como obras, desastres naturais, sinistros etc., que podem interferir no valor reconhecido para o bem e indicar que ocorreram alterações em seu valor recuperável.

Como a avaliação quinquenal anterior foi realizada em 2019, durante o exercício de 2024 ocorreu a avaliação de todos os imóveis em uso pela Empresa, onde foram elaborados 2.076 laudos de avaliação para imóveis do imobilizado.

Restaram sem avaliação apenas 3 (três) imóveis, que não possuem perdas anteriores, sendo que dois deles estão em processo de regularização para baixa por problemas na comprovação da propriedade. O terceiro imóvel não avaliado possuía divergências cadastrais em seu endereço.

Os laudos de avaliação apontaram os valores de mercado para os imóveis que foram comparados aos valores contábeis com o objetivo de ajustá-los ao valor recuperável dos imóveis.

Abaixo transcreve-se resumo dos efeitos das avaliações ao imobilizado, patrimônio líquido e resultado do exercício.

Nº LAUDOS CONTABILIZADOS	EFEITOS NO ATIVO*		EFEITOS NO PL (AAP)*	EFEITOS NO RESULTADO*
	PERDAS	REVERSÃO		
2.076	(130.620)	137.758	10.467	(3.329)

\*Em milhares de reais

As perdas ou reversões de perdas apuradas nos testes de recuperabilidade foram constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, isto porque grande parte do imobilizado possui saldo do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

### 18.2. Movimentação – imobilizado

Para melhor alocação dos recursos investidos no imobilizado, a coluna arrendamento não compõe mais o quadro de movimentação, o que ocorreu até 2023, passando a ser detalhado apenas na nota 18.2. A coluna “Outros Imóveis” passou a contemplar a rubrica “Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros”, que até 2023 compunha o quadro do Arrendamento.

O quadro a seguir evidencia as movimentações ocorridas no ativo imobilizado nos exercícios de 2023 e 2024, respectivamente:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS – IMÓVEIS*	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS – MÓVEIS**	TOTAL
Saldo em 31/12/2022	3.766.477	115.798	590.168	845.238	537.394	5.855.075
Adições	72.943	43.134	147.715	363.953	173.165	800.910

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS – IMÓVEIS*	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS – MÓVEIS**	TOTAL
Baixas	-	-	(4.431)	(49.366)	(54.791)	(108.588)
<i>Impairment</i>	(5.019)	-	-	-	-	(5.019)
Transferências	35.195	34	1.606	(3.560)	652	33.927
Depreciação	(19.689)	(8.242)	(105.939)	(24.231)	(154.179)	(312.280)
<b>Total Líquido</b>	<b>3.849.907</b>	<b>150.724</b>	<b>629.119</b>	<b>1.132.034</b>	<b>502.241</b>	<b>6.264.025</b>
Total bruto em 2023	4.854.824	158.170	1.446.094	1.457.852	1.384.529	9.301.469
(-) Depreciação acumulada em 2023	(343.374)	(7.446)	(816.975)	(325.818)	(882.287)	(2.375.900)
(-) <i>Impairment</i> em 2023	(661.543)	-	-	-	-	(661.543)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.849.907</b>	<b>150.724</b>	<b>629.119</b>	<b>1.132.034</b>	<b>502.241</b>	<b>6.264.025</b>
Adições	4	114.245	195.479	334.709	171.852	816.289
Baixas	(96)	(2.903)	(4.642)	(31.182)	(2.896)	(41.719)
<i>Impairment</i>	7.138	-	-	-	-	7.138
Transferências	72.325	(75.571)	9.359	7.999	(4.075)	10.037
Depreciação	(24.585)	(13.299)	(106.531)	(61.708)	(120.253)	(326.376)
<b>Total Líquido</b>	<b>3.904.693</b>	<b>173.196</b>	<b>722.784</b>	<b>1.381.852</b>	<b>546.869</b>	<b>6.729.394</b>
Total bruto em 2024	4.931.075	173.196	1.592.366	1.721.829	1.452.438	9.870.904
(-) Depreciação acumulada em 2024	(367.779)	-	(869.582)	(339.977)	(905.569)	(2.482.907)
(-) <i>Impairment</i> em 2024	(658.603)	-	-	-	-	(658.603)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.904.693</b>	<b>173.196</b>	<b>722.784</b>	<b>1.381.852</b>	<b>546.869</b>	<b>6.729.394</b>
Administrativo (26,8%)	832.481	36.925	154.098	294.611	116.592	1.434.707
Operacional (73,2%)	3.072.212	136.271	568.686	1.087.241	430.277	5.294.687

\* A coluna "Outros Imóveis" é composta pelas contas Benfeitorias em imóveis de terceiros e Obras em andamento.

\*\* A coluna "Outros móveis" é composta pelas contas móveis e utensílios, equipamentos de processamento de dados, ferramentas e instrumentos, e aquisição de bens móveis em andamento.

### 18.2.1. Transferências

Em 2024 houve a incorporação de obras que estavam em andamento, registradas na rubrica Outros Imóveis, no valor de R\$ 70.538 para a rubrica Imóveis.

### 18.2.2. Veículos

A variação dessa conta deve-se a aquisição de 1.656 veículos de uso operacional que visam a modernização da frota e de 6.289 bicicletas destinadas a entrega de objetos, onde 2.110 trata-se de bicicletas elétricas.

### 18.2.3. Máquinas e equipamentos

A adição de R\$ 195.479 representa a aquisição de empilhadeiras, paleteiras, sistemas de segurança, alarme e CFTV, balanças e sistemas de ar-condicionado, dentre outros itens.

### 18.3. Arrendamentos

Em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), aprovado pela Resolução CVM nº 95/2022, a Empresa, na figura de arrendatária, reconhece no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento, em contrapartida ao passivo, com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo com o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

A tabela a seguir evidencia a movimentação dos ativos e passivos relacionados aos arrendamentos de bens imóveis e móveis:

DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS	31/12/2024		31/12/2023	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	1.660.169	1.862.010	1.455.517	1.634.524
Adições	548.684	548.684	573.664	573.663
Exclusões/baixas	(131.590)	(131.590)	(117.121)	(109.303)
Depreciação	(285.906)	-	(251.891)	-
Apropriação de juros	-	193.543	-	161.046
Pagamentos	-	(456.096)	-	(397.921)
<b>TOTAL</b>	<b>1.791.357</b>	<b>2.016.551</b>	<b>1.660.169</b>	<b>1.862.009</b>
Bens imóveis	1.782.883	-	1.656.024	-
Bens móveis	8.474	-	4.145	-
Circulante	-	438.799	-	388.243
Não circulante	1.791.357	1.577.752	1.660.169	1.473.766

A variação no arrendamento de bens imóveis e móveis, deve-se principalmente pelo reconhecimento de novos contratos de direito de uso em 2024.

#### 18.4. Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas brasileiras de contabilidade, convergidas às normas internacionais, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

A realização do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos é registrada em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, caso haja custo atribuído constituído para o imóvel, as estimativas de perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído no AAP.

#### 18.5. Seguro dos bens

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento,

exceto para os imóveis discriminados a seguir, que estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGUADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede do Correios – Brasília	Generali Brasil Seguros S.A.	362.222	08/06/2024 a 08/06/2025
Complexo operacional - Cajamar/SP	AXA Seguros S/A	275.000	18/11/2024 a 18/11/2025
Edifício Apolo - Museu	Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	5.763	23/05/2024 a 23/05/2025

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a Empresa Generali Brasil Seguros S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 5 milhões.

## 19. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de *softwares* que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação à estrutura organizacional até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os softwares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DOS BENS INTANGÍVEIS	AMORTIZAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e o valor residual dos bens intangíveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

INTANGÍVEL	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	55.961	32.733
Adições	16.351	45.701
Baixas	-	(3)
Transferência	-	1
Amortização	(26.613)	(22.471)
<b>TOTAL</b>	<b>45.699</b>	<b>55.961</b>
Total bruto	434.673	443.627
(-) Amortização	(388.974)	(387.666)

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital social

O capital social dos Correios totaliza o valor de R\$ 3.403.458.

### 20.2. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

### 20.3. Prejuízo acumulado

A Empresa registrou prejuízos contábeis acumulados de R\$ 3.814.271, resultando em um patrimônio líquido negativo em 2024. Esse desempenho reflete desafios conjunturais e setoriais que impactaram tanto a geração de receita quanto a estrutura de custos da companhia.

Diante desse cenário, a administração tem implementado medidas estratégicas para a recuperação dos resultados, incluindo a revisão de processos operacionais, a otimização de custos e despesas e a identificação de novas oportunidades

de crescimento sustentável. Paralelamente, estão em andamento iniciativas voltadas ao fortalecimento da estrutura de capital, com o objetivo de recompor o patrimônio líquido e assegurar a continuidade e sustentabilidade das operações.

## 21. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

### 21.1. Receita líquida de vendas e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas e serviços	19.560.667	19.907.831
(-) Deduções	(652.420)	(664.478)
(-) Impostos	(588.418)	(602.591)
(-) Descontos incondicionais	(12.729)	(12.097)
(-) Receitas canceladas	(51.273)	(49.790)
<b>TOTAL</b>	<b>18.908.247</b>	<b>19.243.353</b>

O quadro a seguir detalha a receita bruta, por serviço:

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2024	PARTICIPAÇÃO (%)	31/12/2023	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	9.679.258	49,5%	9.522.698	48,0%
Mensagem	4.478.439	22,9%	4.635.606	23,6%
Internacional	3.901.621	19,9%	4.432.175	22,2%
Outros	1.501.349	7,7%	1.317.352	6,2%
<b>TOTAL</b>	<b>19.560.667</b>	<b>100%</b>	<b>19.907.831</b>	<b>100,0%</b>
Monopólio	3.990.887	20,4%	4.224.443	21,2%
Concorrencial	15.569.780	79,6%	15.683.388	78,8%

### 21.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023 RECLASSIFICADO
Pessoal	21.2.1	(10.343.242)	(9.572.520)
Transporte de malas e malotes		(2.484.250)	(2.527.638)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(1.642.959)	(1.564.739)
Depreciação e amortização	18.2, 18.3 e 19	(596.152)	(536.018)
Material e produtos		(314.629)	(376.877)
Utilidades		(316.145)	(310.372)
Aluguéis		(120.937)	(212.691)
Despesas com serviços e distribuição internacional		(67.694)	(70.453)
Impostos, taxas e contribuições		(30.478)	(28.950)
<b>TOTAL</b>		<b>(15.916.486)</b>	<b>(15.200.258)</b>

#### 21.2.1. Pessoal

O incremento nesta rubrica decorre da aplicação do reajuste salarial linear de 3,53%, sendo que para 71 mil empregados esse reajuste chegou a 6,57%, conforme estabelecido pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024. Além disso, houve um acréscimo no vale alimentação/refeição. Também contribuiu para esse aumento a elevação dos custos relacionados ao plano de saúde, devido ao crescimento das despesas assistenciais.

Os principais impactos foram ocasionados pelo aumento nos custos com salários (R\$ 504 milhões), Vale refeição (R\$ 41 milhões), e Adicional 30% Salário Base (R\$ 46 milhões).

### 21.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de unidades terceirizadas	21.3.1	(1.742.944)	(1.699.113)

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		31/12/2024	31/12/2023
Provisão de perdas		(52.971)	(37.387)
Perdas		(24.157)	(38.881)
Patrocínio, Propaganda e Publicidade	21.3.2	(26.562)	(2.890)
Outros	21.3.3	(30.536)	(21.240)
<b>TOTAL</b>		<b>(1.877.170)</b>	<b>(1.799.511)</b>

### 21.3.1. Remuneração de unidades terceirizadas

O acréscimo nas despesas com a remuneração das unidade terceirizadas está diretamente relacionado ao aumento no volume de receitas comercializadas.

### 21.3.2. Patrocínio, Propaganda e Publicidade

A maior parte do incremento nessa rubrica deve-se a projetos não incentivados culturais e artísticos, bem como ao incentivo a eventos esportivos.

### 21.3.3. Outros

Esta rubrica, composta principalmente por gastos com eventos, indenizações/multas e incentivos a vendas, teve como principal responsável pela sua variação as despesas com indenizações e multas contratuais.

## 21.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		NOTA	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO / RECLASSIFICADO
Pessoal			(3.005.686)	(2.881.968)
Precatórios e RPVs			(1.132.662)	(629.665)
Pós-emprego			(99.177)	(217.413)
Contingências			(4.914)	(40.532)
Constituição de provisão para perdas			(11.558)	(43.632)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA			(9)	2.089
Depreciação/amortização			(42.743)	(50.623)
Variações patrimoniais e perdas	21.4.3		(427.368)	(212.176)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros			(9.331)	(3.308)
Impostos, taxas e contribuições			(79)	(668)
Acordo judicial			(340)	(168)
<b>TOTAL</b>			<b>(4.733.867)</b>	<b>(4.078.064)</b>

### 21.4.1. Precatórios e RPVs

A Empresa registrou um aumento na despesa com precatórios e RPVs, refletindo a liquidação de obrigações judiciais. Esse incremento decorreu principalmente de ações de natureza trabalhista com decisões desfavoráveis e atualização, impactando o resultado do período.

### 21.4.2. Pós-Emprego

A queda na provisão de benefício pós-emprego é decorrente da migração da despesa para o plano de equacionamento de déficit, que consta na nota 10.5.1.4.1.1

### 21.4.3. Variações patrimoniais e perdas

A Variação ocorrida deve-se principalmente pela baixa contábil realizada em 2024 em conformidade com os CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

## 21.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Despesas recuperadas		20.079	238.302
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	21.5.1	265.829	167.106
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	17.1	49.990	157.060
Multas aplicadas		151.804	111.632
Taxa de franquia – AGF		17.118	17.759
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		22.300	24.408
Reversão de Provisão de contingências	12.1	374.406	104.053
Reversão de provisão de benefícios Pós-emprego		12.971	6.686
Ganhos tributários	11.2.1	512.361	224.322
Seguros (valor de acesso ao negócio)		32.973	2.611
Outros		50.358	106.316
<b>TOTAL</b>		<b>1.510.189</b>	<b>1.160.255</b>

\* A partir de 2024 os valores referentes a reversão da provisão de perda de cobrança jurídica, que estava aglutinada na rubrica "Outros" passaram a compor a rubrica "Reversão - PECLD"

### 21.5.1. Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Variação ocorrida deve-se principalmente pelas reversões de PECLD (baixa contábil) realizadas em 2024 em conformidade com os CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

### 21.5.2. Reversão de Provisão de contingências

O aumento na reversão foi decorrente da conversão das provisões de contingências para precatórios e RPVs.

### 21.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos na alienação de bens		(8.779)	(7.818)
Perda – VJ – Propriedades para investimento	17.1	(125.035)	(85.539)
Reversão Imunidade Tributária		(155.250)	-
<b>TOTAL</b>		<b>(289.064)</b>	<b>(93.357)</b>

### 21.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Rentabilidade de aplicações financeiras		112.932	406.172
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>		8.802	8.732
Variação cambial	7.3.2	68.433	36.719
Receita de juros		220.857	160.797
Variação Monetária		27.109	15.906
Outras		27.790	31.375
<b>TOTAL</b>		<b>465.923</b>	<b>659.701</b>

### 21.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial	7.3.2	(26.182)	(72.172)
Apropriação/atualização – PDI e PED	10.4.3	(221.925)	(130.964)
Apropriação/atualização – PDI		(112.048)	(121.306)
Apropriação/atualização – PED		(109.877)	(9.658)
Juros e Multas		(459.052)	(349.714)
Perda		(19.952)	(17.369)
<i>Hedge</i> – valor justo		(16.301)	(8.933)
Aplicações financeiras		(3.651)	(8.436)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)		-	(14.328)
Taxa Administrativa – Cartão de crédito		(8.616)	(9.170)
Despesas Bancárias		(16.355)	(19.344)
Reversão Imunidade Tributária		(88.958)	-

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Outros		(4.825)	(2.691)
<b>TOTAL</b>		<b>(845.865)</b>	<b>(615.752)</b>

A elevação nas despesas financeiras foi provocada, principalmente, pela atualização monetária e os juros incidentes sobre o Plano de Equacionamento do Déficit – PED.

## 21.9. Resultado por Segmento

A universalização postal garante o acesso a um conjunto de serviços postais básicos, a preços acessíveis e níveis definidos de qualidade na prestação desses serviços, sendo observados os seguintes requisitos: escopo geográfico, garantia de acesso, definição de portfólio de serviços, preços/tarifas, qualidade do serviço e proteção ao usuário. Nesse sentido, a política de universalização configura-se como um importante mecanismo portador de desenvolvimento e de coesão econômica e social.

O Estado Brasileiro, responsável pela obrigação de prestação do serviço postal universal, delega aos Correios o papel de cumprimento desse encargo. Para a consecução de sua função social, a Empresa segue as diretrizes que norteiam a universalização do atendimento e da entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978 e conforme as definições da Portaria nº 15.441/2024 do Ministério das Comunicações, com mensuração de valores financeiros a partir da aplicação da metodologia adotada internamente com esse objetivo. Já os serviços não universais são aqueles não enquadrados nos critérios/requisitos de universalização de serviços postais, com base na aplicação d metodologia adaptada internamente com esse objetivo.

A definição do modelo utilizado para o mapeamento dos custos de universalização dos serviços postais foi realizada mediante execução de projeto integrante de iniciativa estratégica relacionada à gestão do desempenho organizacional, com foco na promoção da eficiência na prestação dos serviços e no acompanhamento da utilização de recursos no atendimento aos critérios de universalização definidos. Durante a condução dos trabalhos, foram consultadas referências bibliográficas relativas ao tema universalização de serviços postais, avaliados os dispositivos legais do Brasil referentes ao assunto e estudadas as principais abordagens de mensuração dos custos da universalização, inclusive considerando as experiências internacionais de mensuração desses custos, bem como revisado o histórico de custeio da universalização nos Correios, objeto de estudos e acompanhamentos anteriores.

Na realização do projeto interno, se concluiu que a abordagem de mensuração que melhor se enquadraria na realidade estrutural e de informação dos Correios é a abordagem Net Avoidable Cost (NAC), que em tradução livre significa “custo líquido evitável”, e que permite que sejam considerados somente os serviços universais e os elementos de serviço/localidades que apresentam prejuízo.

A base de dados dos custos líquidos com universalização é atualizada mensalmente e contempla a mensuração dos custos e receitas realizados por serviços e localidade.

Com base nessa estrutura de dados extraída do modelo de custos de universalização, que separa os elementos como receita e gastos em universais e não universais, foram criadas taxas aplicáveis à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Empresa. Esse processo visa demonstrar o resultado tanto na perspectiva universal quanto na não universal. Na DRE, foi inserido um campo denominado “Outros”, onde foram alocadas as receitas provenientes do segmento de logística e parte das receitas do segmento internacional, refletindo uma visão mais abrangente e transparente das operações da Empresa.

Demonstrativo Gerencial de Resultados	2024				2023			
	Universal	Não Universal	Outros	Total	Universal	Não Universal	Outros	Total
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>16.006.674</b>	<b>2.327.299</b>	<b>1.226.693</b>	<b>19.560.667</b>	<b>14.229.648</b>	<b>4.756.110</b>	<b>922.073</b>	<b>19.907.831</b>
Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta	(533.881)	(77.624)	(40.915)	(652.420)	(474.953)	(158.748)	(30.777)	(664.478)
<b>Receita Líquida de Vendas e Serviços</b>	<b>15.472.793</b>	<b>2.249.675</b>	<b>1.185.778</b>	<b>18.908.247</b>	<b>13.754.695</b>	<b>4.597.362</b>	<b>891.296</b>	<b>19.243.353</b>
Custo dos produtos Vendidos e Serviços Prestados	(14.680.185)	(1.236.300)	-	(15.916.486)	(12.687.473)	(2.512.785)	-	(15.200.258)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>792.608</b>	<b>1.013.375</b>	<b>1.185.778</b>	<b>2.991.761</b>	<b>1.067.222</b>	<b>2.084.577</b>	<b>891.296</b>	<b>4.043.095</b>
Despesas com Vendas/Serviços	(1.760.872)	(116.298)	-	(1.877.170)	(1.553.001)	(246.510)	-	(1.799.511)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.474.778)	(259.089)	-	(4.733.867)	(3.558.868)	(519.196)	-	(4.078.064)
Outras Receitas Operacionais	1.316.432	193.757	-	1.510.189	869.495	290.760	-	1.160.255
Outras Despesas Operacionais	(271.142)	(17.922)	-	(289.064)	(80.567)	(12.790)	-	(93.356)
<b>Lucro Líquido antes do resultado financeiro</b>	<b>(4.397.752)</b>	<b>813.823</b>	<b>1.185.778</b>	<b>(2.398.151)</b>	<b>(3.255.719)</b>	<b>1.596.841</b>	<b>891.296</b>	<b>(767.582)</b>

Demonstrativo Gerencial de Resultados	2024				2023			
	Universal	Não Universal	Outros	Total	Universal	Não Universal	Outros	Total
Receitas Financeiras	406.145	59.778	-	465.923	494.380	165.321	-	659.701
Despesas Financeiras	(799.596)	(46.269)	-	(845.865)	(537.367)	(78.385)	-	(615.752)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(393.451)</b>	<b>13.509</b>	<b>-</b>	<b>(379.942)</b>	<b>(42.987)</b>	<b>86.936</b>	<b>-</b>	<b>43.949</b>
Contribuição Social	176.625	10.220	-	186.845	78.651	11.472	-	90.124
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>(4.614.578)</b>	<b>837.552</b>	<b>1.185.778</b>	<b>(2.591.248)</b>	<b>(3.220.054)</b>	<b>1.695.249</b>	<b>891.296</b>	<b>(633.509)</b>
Ativo	14.298.087	2.104.445	-	16.402.532	16.102.116	2.369.969	-	18.472.085
Passivo (C + NC)	19.622.122	1.135.439	-	20.757.561	17.802.111	1.030.123	-	18.832.234
Imunidade/Benefício	(1.867.478)	-	-	(1.867.478)	(1.805.042)	-	-	(1.805.042)
Universalização	(6.482.056)	-	-	(6.482.056)	(5.025.096)	-	-	(5.025.096)

## 22. PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2024, apresenta-se no quadro a seguir as entidades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

PARTES RELACIONADAS	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
<b>Postal Saúde</b>			
<b>Direitos</b>		<b>206</b>	<b>221.197</b>
Empregados Liberados	10.3	94	91
Concessão de espaço	10.3	112	106
Ressarcimento de Garantias		-	221.000
<b>Obrigações</b>		<b>(2.330.849)</b>	<b>(711.001)</b>
Repasse financeiros (Convênio, saúde ocupacional, Benefício medicamentos)	10.3	(385.453)	(332.974)
Postal Saúde – Benefício Pós-emprego - Déficit		(1.945.396)	(378.027)
<b>Postalis</b>			
<b>Obrigações</b>		<b>(7.867.989)</b>	<b>(7.725.405)</b>
Postalis Pós Emprego – Déficit	10.5.1	(5.309.607)	(5.334.148)
Postalis (PostalPrev / BD) – empregador (Salários e encargos sociais)	10.2	(168.487)	(101.062)
Recebimento para o Postalis		(27.780)	(24.564)
Plano de Equacionamento do Déficit - PED/BD		(2.362.115)	(2.265.631)

### 22.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

### 22.2. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da Nota 10.3.

### 22.3. Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 10.1, 10.2, 10.3 e 15 apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

### 22.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
<b>2024</b>				
Salários e benefícios	4.767	426	183	357
Encargos sociais	1.076	61	12	47
Previdência complementar	178	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	246	-	-	-
<b>Remuneração total – 2024</b>	<b>6.267</b>	<b>487</b>	<b>195</b>	<b>404</b>
<b>Remuneração Média Mensal - 2024</b>	<b>52</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
<b>Número de membros - 2024</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>2023</b>				
Salários e benefícios	4.065	314	167	346
Encargos sociais	976	41	12	46
Previdência complementar	168	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	768	-	-	-
<b>Remuneração total – 2023</b>	<b>5.977</b>	<b>355</b>	<b>179</b>	<b>392</b>
<b>Remuneração Média Mensal - 2023</b>	<b>46</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
<b>Número de membros - 2023</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Remuneração mensal paga à Administração e aos empregados dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E PRESIDENTE	31/12/2024	31/12/2023
Menor remuneração	5.127	4.901
Maior remuneração	59.207	56.593
Remuneração média	51.987	45.602
Dirigentes		
Presidente	59.207	56.593
Diretores	51.484	49.211
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.127	4.901
Conselho de Administração	5.127	4.901
Comitê de Auditoria	10.255	9.802

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de empregados ativos	83.824	85.884
Menor remuneração	2.093	1.846
Maior remuneração	63.804	61.628
Remuneração média mensal	6.337	5.802
Benefícios (valor médio global)	247.990	224.175
Assistência médica e odontológica	119.555	103.226
Auxílio Creche	868	1.018
Vale Alimentação/Refeição/Cesta	120.585	117.158
Vale Transporte	4.596	4.821
Auxílio Especial	2.150	952
Vale Cultura Judicial	236	-
Previdência Complementar	76.603	46.791

Fabiano Silva dos Santos

Presidente

Loiane de Carvalho Bezerra de  
Macedo

Diretora Econômico-Financeira

Getúlio Marques Ferreira

Diretor de Gestão de Pessoas

**Juliana Picoli Agatte**

Diretora de Governança e  
Estratégia e  
Respondendo pela Diretoria de  
Operações

**Hilton Rogério Maia Cardoso**

Diretor de Negócios

**José Rorício Aguiar de Vasconcelos**

Júnior  
Diretor de  
Administração

**Vanessa Sandri Barbosa**

Contadora – CRC/DF –  
014297/O-0

